



Céline Dion volta aos palcos com show completo após seis anos

PÁGINA 02

Gazeta do Estado

Terça-feira

Goiânia, 15 de setembro de 2026

Ano 20 - Edição 6565



gazetadoestado.com.br



gazetadoestado



62 3249-8883

ELEIÇÕES 2026

Debate reúne candidatos ao Governo de Goiás na TV Atual

Marconi Perillo e Luiz César Bueno participaram do encontro;
Daniel Vilela e Wilder Moraes não compareceram

PÁGINA 03

Instagram/@leiran_fotoshows



GERAL

Procura por brasileiros no exterior cresce 53%

PÁGINA 04



ECONOMIA

Goiânia propõe fundo imobiliário para gerar receitas

Joabe Mendonça



PÁGINA 03

JUSTIÇA

STF define rito de sessão sobre conversas entre Moraes e Vercaro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



PÁGINA 04

TEMPO HOJE

Brasília

Máxima 24°C Mínima 19°C
Tendência Estável

Goiânia

Máxima 25°C Mínima 21°C
Tendência Estável

Palmas

Máxima 30°C Mínima 23°C
Tendência Estável

MÚSICA

Céline Dion volta aos palcos com show completo após seis anos

Cantora iniciou residência em Paris diante de 30 mil pessoas e terá apresentações até outubro

A REDAÇÃO - Céline Dion voltou a realizar um show completo após seis anos no último sábado (12), em Paris. A apresentação abriu uma residência de 16 noites na Plenitude Arena e reuniu cerca de 30 mil pessoas. A cantora, já de 58 anos, falou sobre a emoção de retornar aos palcos após enfrentar problemas de saúde.

“Eu havia prometido a mim mesma que não choraria. Mas estou tão feliz em ver todos vocês. Senti saudades”, disse Dion ao

público. A artista iniciou o espetáculo com “On ne change pas” e agradeceu o apoio recebido durante o período em que esteve afastada.

Em 2022, Dion foi diagnosticada com síndrome da pessoa rígida, condição neurológica rara que provoca rigidez e espasmos musculares. Sua trajetória desde o diagnóstico foi retratada no documentário “Eu Sou Céline Dion”, lançado em 2024.

Durante quase duas horas e meia de apresentação, a cantora revisitou sucessos como “The Power of Love”, “Because You Loved Me”, “Pour que tu m’aimes encore”, “All By Myself”, “I’m Alive” e “My Heart Will Go On”. Dion também falou sobre a convivência com a doença



Divulgação

e celebrou o retorno. “Esta noite, vamos cantar, dançar e celebrar”, afirmou.

RESIDÊNCIA EM PARIS

A produção foi idealizada pelo diretor criativo

Willo Perron e contou com trocas de figurino, interlúdios visuais e cenário cinematográfico. Os shows estavam originalmente previstos para 2020, como parte da turnê “Courage”,

mas foram adiados pela pandemia de Covid-19 e, posteriormente, pelos problemas de saúde da cantora.

A residência segue até 17 de outubro, com apre-

sentações às quartas, sextas e sábados. Outros dez shows foram acrescentados entre 8 e 29 de maio de 2027 após a alta demanda por ingressos.

A expectativa é que a temporada movimentará € 1 bilhão na França, aproximadamente R\$ 5,95 bilhões. O retorno marca os primeiros shows de Dion como atração principal em seis anos.

Durante o período afastada das grandes turnês, a cantora fez aparições pontuais. Em 2024, interpretou “Hymne à L’amour”, de Édith Piaf, na abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, e também apresentou “The Power of Love” e “I’m Alive” em um desfile de moda na Arábia Saudita. A artista também agradeceu à equipe e seus fãs.

AUTOMOBILISMO

Verstappen critica traçado do Madring após pódio na Espanha

Max Verstappen apontou as características do Madring como um dos principais obstáculos enfrentados no GP da Espanha de Fórmula 1, disputado no domingo (13). Depois de perder posições ainda na primeira volta, o piloto da Red Bull conseguiu se recuperar, terminou no pódio e passou a parte final da prova sob pressão de Lando Norris.

A confusão começou nas duas primeiras curvas. Verstappen havia assumido a segunda posição, atrás de Norris, quando Lewis Hamilton tentou avançar. Para evitar o contato, o holandês deixou a pista e retornou à frente do britânico.

A direção de prova con-

siderou que Verstappen obteve vantagem ao sair do traçado e determinou a devolução da posição. O piloto contestou a decisão pelo rádio e argumentou que permanecer na pista poderia provocar um acidente.

“Se eu simplesmente ficar na pista, estou fora da corrida”, afirmou Verstappen. Apesar da reclamação, ele cumpriu a determinação e caiu do segundo para o quarto lugar, ficando também atrás de Kimi Antonelli.

Hamilton abandonou poucas voltas depois devido a uma falha nos freios. Antonelli aproveitou a situação e conquistou a vitória, enquanto Norris teve a estratégia prejudicada pelo

momento em que foi acionado o Safety Car Virtual.

Questionado após a prova sobre as reclamações de Verstappen, Hamilton evitou prolongar a discussão. O britânico classificou sua participação como uma “corrida bem boa” e afirmou que a insatisfação do adversário não tinha relação com ele.

DIFICULDADE PARA ULTRAPASSAR

Mesmo com o abandono de Hamilton, Verstappen encontrou dificuldades para recuperar terreno no circuito de Madri. Com poucas oportunidades de ultrapassagem, o tetracampeão precisou administrar a corrida e conter a aproximação de Norris nas

voltas finais.

O piloto avaliou que conseguiu extrair o máximo possível do fim de semana, mas reconheceu que a Red Bull ainda não tinha ritmo suficiente para disputar a vitória em condições normais.

“Maximizei o resultado. Provavelmente tivemos um pouco de sorte com a situação infeliz do Lando, porque eu não tinha o ritmo do Kimi e definitivamente não tinha o ritmo do Lando”, afirmou.

Segundo Verstappen, a impressão de que estava na disputa direta pela vitória ocorreu principalmente porque Antonelli permaneceu por parte da corrida atrás de Charles Leclerc.

Assim que encontrou pista livre, o italiano conseguiu abrir vantagem.

“Assim que ele teve ar limpo, simplesmente foi embora de novo, e eu estava ocupado com o Lando atrás de mim”, explicou.

O holandês também destacou as limitações do traçado para disputas de posição. Segundo ele, a configuração do Madring permite que um piloto dificulte as tentativas de ultrapassagem ao posicionar o carro de forma defensiva.

“Por aqui, se você dirigir um pouco no meio, então você não consegue ultrapassar”, afirmou.

Apesar das dificuldades, Verstappen considerou positivo terminar entre os três primeiros. O resultado, porém, reforçou a avaliação de que a Red Bull ainda precisa encontrar desempenho para acompanhar os carros mais rápidos e voltar a disputar vitórias. A equipe agora busca evolução para as próximas etapas do ano.

Reprodução/Instagram



FÓTONS DE SÃO BENITO ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA,
(CNPJ 59.282.777/0001-39) torna público que recebeu da SEMARH - Luziânia/GO a Licença Prévia nº 010/2026 (válida até 27/04/2028) para a implantação do Complexo Fotovoltaico Luziânia. O projeto é composto por 6 parques de 50 MW (total de 300 MWac e 415,8 MWdc) e um sistema de baterias (BESS) de 165 MWac com 4h de autonomia. O empreendimento ocupará uma área total de 695,56 hectares, localizado na Fazenda Ema, zona rural do município de Luziânia-GO.

152357

Gazeta

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

DIRETOR PRESIDENTE
Adão dos Reis Gonçalves
adao@gazetadoestado.com.br

COMERCIAL - IMPRESSO E PORTAL
Tel: (62) 3249-8883
comercial@gazetadoestado.com.br

EDITAIS - PUBLICAÇÃO LEGAL
Tel: (62) 3249-8883
editais@gazetadoestado.com.br

REDAÇÃO - IMPRESSO E PORTAL
Tel: (62) 3249-8883
redacao@gazetadoestado.com.br

DIAGRAMAÇÃO
GT Designer

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Eube Messias - MTB 3720/GO
eube.messias@gazetadoestado.com.br

ELEIÇÕES 2026

Debate reúne candidatos ao Governo de Goiás na TV Atual

Marconi Perillo e Luiz César Bueno participaram do encontro; Daniel Vilela e Wilder Morais não compareceram

A REDAÇÃO - A TV Atual, afiliada da Record News, realizou debate com candidatos ao Governo de Goiás, com mediação do jornalista Adão dos Reis Gonçalves. Todos os concorrentes foram convidados, mas Daniel Vilela e Wilder Morais não compareceram. Participaram Marconi Perillo e Luiz César Bueno.

Ao longo do programa, os candidatos responderam a perguntas sobre população em situação de rua, preço dos alimentos, rodovias, saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento econômico e cobrança da taxa do agro. Também houve questionamentos enviados por telespectadores e perguntas entre os participantes.

No primeiro bloco, Adão dos Reis questionou os candidatos sobre propostas para reduzir o número de pessoas em situação de rua.

A: Qual proposta o candidato tem para diminuir o número de moradores de rua?

M: A questão passa pelo trabalho social, pela atuação de igrejas e prefeituras e pela criação de abrigos. A

proposta é estimular centros de atendimento, acolhimento e alimentação.

L: Houve aumento do abuso de drogas e de pessoas em situação de rua. A proposta é adotar uma política pública voltada às pessoas em vulnerabilidade social.

O preço dos alimentos também entrou no debate. Luiz César Bueno defendeu articulação do Estado com a agricultura familiar e pequenos e médios produtores. Perillo citou programas adotados durante seus governos e propôs uma política de regulação de preços com participação do Procon.

RODOVIAS E INFRAESTRUTURA

Questionados sobre a duplicação de rodovias estaduais, Perillo afirmou que pretende retomar investimentos na malha viária e citou obras executadas durante suas gestões. Luiz César defendeu a continuidade das obras de infraestrutura e a readequação da estrutura logística do Estado.

A: O senhor vai duplicar as GOs mais perigosas? Quais terão prioridade e de onde virá o dinheiro?

M: Em nosso governo, duplicamos 347 quilômetros de rodovias, asfaltamos 5 mil quilômetros e construímos viadutos e pontes.

L: O agronegócio precisa que as rodovias sejam urgentemente pavimentadas.

Vamos iniciar um processo de readequação da estrutura logística.

SAÚDE DOMINA EMBATE

No bloco de confronto direto, Perillo questionou Luiz César sobre as filas para cirurgias e exames. O candidato defendeu a ampliação da estrutura dos hospitais regionais e propôs a criação do "Vapt Vupt da Saúde".

M: A saúde está hoje caótica, com mais de 100 mil pessoas esperando por cirurgias e exames. Qual a sua proposta?

L: Precisamos resolver a fila da regulação e fazer com que os hospitais regionais tenham estrutura básica, UTI, atendimento ambulatorial e tratamento hospitalar. Também propomos instalar o Vapt Vupt da Saúde para atendimentos de menor complexidade.

Perillo afirmou que também pretende implantar o modelo e reivindicou a criação do Vapt Vupt em Goiás. Em outro momento, defendeu a compra de vagas na rede particular quando não houver atendimento disponível na rede pública.

Luiz César afirmou que pretende reduzir gradualmente a participação de organizações sociais na saúde, realizar auditorias nas aquisições de medicamentos e ampliar a capacidade dos hospitais regionais.

O atendimento oncológico voltou ao centro do de-



Instagram/@leoiran_fotoshows

bate após pergunta sobre os deslocamentos enfrentados por pacientes do interior.

L: Precisamos de estrutura de alta complexidade nos hospitais regionais e de um hospital público oncológico de referência.

M: Vamos investir nos hospitais para ampliar o diagnóstico precoce e comprar serviços para facilitar o acesso da população ao tratamento.

TAXA DO AGRO

A cobrança da taxa do agro também provocou divergência entre os candidatos. Perillo afirmou que uma de suas primeiras medidas seria revogar a cobrança e prometeu duplicar 400 quilômetros e asfaltar outros 3 mil quilômetros de rodovias.

Luiz César contestou o adversário e afirmou que o PT foi responsável por ingressar com ação contra a cobrança. Perillo respondeu que participou da mobilização pela derrubada da

taxa e classificou a medida como inconstitucional.

Em pergunta direta a Perillo, Luiz César também quis saber como seria o relacionamento de um eventual governo com administrações federais do PT.

L: Qual será o seu relacionamento com os governos do PT?

M: Trabalhei com Fernando Henrique Cardoso, Temer, Lula e Dilma. Com o povo goiano sempre em primeiro lugar, manteremos uma relação positiva e diplomática.

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA

Sobre a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Luiz César defendeu maior presença da instituição nas diferentes regiões do Estado, com ampliação de cursos técnicos, mestrado, doutorado e capacitação de professores. Perillo afirmou que pretende recuperar o financiamento da universidade.

Na segurança pública, os candidatos defenderam mudanças nas estruturas policiais e maior uso de tecnologia. Perillo propôs investimentos tecnológicos e o retorno de policiais aposentados ao serviço. Luiz César defendeu a reestruturação da Polícia Militar e a adequação da Polícia Civil para o combate ao crime organizado e aos delitos digitais.

Os participantes também apresentaram propostas de desenvolvimento econômico. Luiz César prometeu criar oito polos regionais e restaurar o Banco do Povo. Perillo afirmou que pretende zerar o IPVA de veículos destinados a motoristas de aplicativo, feirantes e transporte escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último bloco, Adão dos Reis Gonçalves perguntou aos candidatos por que deveriam ser escolhidos para governar Goiás.

A: Por que devo ser o governador?

M: Tenho espírito público, energia, foco no que é essencial, planejamento estratégico e capacidade de formar boas equipes. Sou o candidato para colocar o Estado em ordem.

L: Precisamos reestruturar o Estado, realizar concursos para policiais, médicos e técnicos e restabelecer a ordem econômica e financeira. Vamos fazer isso com o presidente Lula.

ECONOMIA

Goiânia propõe fundo imobiliário para gerar receitas

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), apresentou nesta segunda-feira (14) a vereadores da base o projeto que prevê a criação de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) com imóveis do município. A proposta já foi encaminhada à Câmara Municipal.

Pelo projeto, terrenos, prédios e lotes que não estejam sendo utilizados diretamente na prestação de serviços públicos ou que tenham sido desafetados poderão ser transferidos para um ou mais fundos. Em contrapartida, o município receberá cotas

equivalentes ao valor dos imóveis.

A proposta busca reduzir a ociosidade e os custos de manutenção dos bens, além de utilizar o patrimônio para gerar receitas. Segundo Mabel, Goiânia destina atualmente cerca de R\$ 600 milhões por ano para cobrir o déficit do GoiâniaPrev, cujo passivo é estimado em R\$ 12 bilhões.

"Nós estamos delapidando o patrimônio público por não agir. Precisamos criar esse fundo, que proteja o patrimônio público, gere receita e ajude a resolver o déficit da Previdência", afirmou o prefeito.

De acordo com Mabel, os recursos gerados inicialmente seriam direcionados ao passivo previdenciário. Posteriormente, poderiam ser destinados a outras áreas consideradas prioritárias pelo município.

O prefeito afirmou ainda que a proposta não prevê a venda direta de áreas públicas para cobrir despesas da Previdência. Pelo modelo apresentado, os imóveis passam a integrar os fundos e o município recebe cotas correspondentes aos ativos.

FUNCIONAMENTO

O processo deverá começar pela identificação de imóveis com potencial econômico, seguida da avaliação dos bens e da realização de estudos técnicos. Depois dessa etapa, o ativo poderá ser integralizado ao fundo, que buscará alternativas para exploração econômica e valorização do patrimônio.

A estrutura deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por se tratar de fundo fechado, as cotas poderão ser negociadas no mercado, inclusive na Bolsa.



A administração ficará sob responsabilidade de instituição especializada, como banco ou gestora de recursos, escolhida por meio de licitação. A proposta prevê exigência de experiência e histórico de atuação na gestão de fundos.

O texto também estabelece um mecanismo para manter o controle público. Goiânia deverá permanecer, direta ou indireta-

mente, com a maioria das cotas de cada fundo. Uma eventual perda do controle majoritário dependerá de autorização específica da Câmara Municipal.

Durante a reunião, o vereador Anselmo Pereira informou que deverá ser formada uma comissão com seis parlamentares para analisar a proposta, apresentar sugestões e voltar a discutir o projeto com o Executivo.

JUSTIÇA

STF define rito de sessão sobre conversas entre Moraes e Vorcaro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Julgamento será realizado nesta terça-feira (15), a partir das 10h, com relatório de André Mendonça e manifestação da PGR

A REDAÇÃO - O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu o rito da sessão desta terça-feira (15) que vai analisar o relatório da Polícia Federal sobre conversas entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

De acordo com o procedimento estabelecido pelo presidente da Corte,

Edson Fachin, a sessão terá início às 10h. Após a abertura, a secretária fará a leitura da ata da sessão anterior, seguida das saudações aos ministros.

Na sequência, Fachin chamará o processo para julgamento e passará a palavra ao ministro André Mendonça, responsável pela leitura do relatório. O caso chegou ao presidente do STF após Mendonça, relator do Caso Master, informar sobre possíveis conversas entre Moraes e Vorcaro.

Depois da apresentação do relatório, a Procuradoria-Geral da República (PGR) terá a palavra. A votação dos ministros

será iniciada após a manifestação da procuradoria.

O STF ainda não confirmou se Alexandre de Moraes poderá participar da sessão. A presença do ministro Dias Toffoli também não está definida. No início deste ano, Toffoli declarou-se impedido de participar de julgamentos relacionados ao Caso Master.

Além de Fachin, Mendonça, Moraes e Toffoli, o plenário é composto por Cristiano Zanin, Flávio Dino, Nunes Marques, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

A sessão terá transmissão ao vivo pela TV Justiça e pela internet.

GERAL

Procura por brasileiros no exterior cresce 53%

Reprodução

A procura de empresas estrangeiras por profissionais brasileiros cresceu 53% no último ano, segundo o Relatório de Contratações Internacionais 2025 da Deel. O levantamento analisou mais de 1 milhão de contratos ativos em mais de 150 países.

Estados Unidos e Reino Unido estão entre os mercados que ampliaram a busca por brasileiros, com altas de 26% e 31%, respectivamente. Na América Latina, a Argentina registrou crescimento de 84%, seguida pelo México, com mais de 32%, e pela Colômbia, com 14%.

O perfil das oportunidades também mudou. Além de funções operacionais, brasileiros passaram a ser procurados para posições estratégicas, principalmente como desenvolvedores de software, especialistas em desenvolvimento de negócios, traders financeiros e profissionais de experiência do cliente.

Apesar do avanço, poucos conseguem chegar às posições mais bem remuneradas. Cargos sêniores na área de inteligência artificial podem pagar até US\$ 32 mil por mês, cerca de R\$ 165 mil, mas somente 3% dos profissionais brasileiros alcançam essas funções. Nas ocupações mais aquecidas do setor, a média salarial é de US\$ 2,4 mil mensais, aproximadamente R\$ 12,8 mil.



INGLÊS LIMITA OPORTUNIDADES

O domínio do inglês aparece como uma das principais barreiras para brasileiros que buscam oportunidades no mercado internacional. Segundo o relatório, a procura está relacionada à escassez de profissionais em áreas estratégicas que, além da qualificação, dominem o idioma e conheçam o mercado.

Para a especialista em ensino de inglês para adultos Lorryne Martins, a falta de domínio do idioma pode limitar tanto as oportunidades disponíveis quanto a progressão profissional no exterior.

“Tem um teto. Se ele não falar inglês, não vai sair daquele trabalho, não vai sair daquele setor. O trabalho qualificado vai exigir o idioma”, afirma.

Segundo Lorryne, brasileiros que chegam a outros países sem dominar o idioma podem encontrar inicialmente oportunidades em comunidades de imigrantes, mas enfrentam dificuldades para avançar para empregos mais qualificados. A barreira também atinge empresários que precisam negociar, participar de feiras ou acompanhar operações internacionais.

Para quem já possui conhecimentos básicos, a especialista recomenda priorizar a formação de frases e a conversação, em vez de concentrar o aprendizado apenas em vocabulário e estudo teórico. “O inglês não se acumula como experiência de trabalho, ele é uma ferramenta. Quanto mais eu uso, melhor eu fico”, conclui.

ARTIGO

Quando a busca por saúde coloca a vida em risco



LUIZA ESTEVES
Médica endocrinologista do Hospital São Marcelino Champagnat

Minha avó sempre dizia que não existem soluções simples para problemas difíceis, e levei anos para entender o quanto ela tinha razão. Hoje, como endocrinologista, vejo essa verdade se repetir todos os dias.

No consultório, acompanho principalmente pacientes com obesidade e mulheres na menopausa. Quanto mais estudo essas condições, mais percebo que ambas envolvem uma fisiologia profundamente complexa. Na obesidade, ocorre uma desregulação dos hormônios responsáveis pelo controle da fome e da saciedade. Já na menopausa, há uma queda significativa na produção dos hormônios femininos. Em comum, as duas deixam as pessoas mais vulneráveis a promessas de soluções rápidas.

Nas redes sociais, porém, essa complexidade vira mercadoria e é reduzida a fórmulas simplistas. Surgem o “chá seca-barriga” para emagrecer e a “fórmula mágica” para aliviar o cansaço e os fogachos da menopausa. Afinal, quem não gostaria de uma

solução rápida?

O problema é que o rótulo “100% natural” muitas vezes mascara riscos graves e cria a ilusão de um tratamento inofensivo. Natural, porém, não é sinônimo de seguro. A cocaína é derivada de uma planta e nem por isso seu uso é recomendado.

O grande risco por trás dessas promessas reside na adulteração criminosa de chás e suplementos com potentes fármacos sintéticos. E isso não é especulação: laudos da Polícia Científica de Santa Catarina já identificaram substâncias como anfetaminas, antidepressivos, ansiolíticos e até alucinógenos em pílulas emagrecedoras e outros produtos vendidos livremente na internet como “naturais”. Nos Estados Unidos, o cenário se repete, com dezenas de suplementos para perda de peso recolhidos por conterem substâncias farmacológicas não declaradas no rótulo.

A exposição contínua a essas substâncias pode sobrecarregar órgãos vitais e o sistema cardiovascular, provocando reações adversas graves. Os

usuários relatam desde sede excessiva e dores de cabeça até tonturas intensas e episódios de perda de consciência, que podem levar à internação em unidades de terapia intensiva.

Parte desse perigo decorre também da combinação de diferentes compostos farmacológicos, em dosagens desconhecidas e sem controle sanitário. Nessas condições, transformam-se em verdadeiras bombas-relógio para o organismo, capazes de causar complicações graves e até a morte.

Os dados mostram que não se trata de casos isolados. Entre 2020 e 2025, 63% dos processos de investigação instaurados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) envolveram suplementos alimentares irregulares, muitos deles associados a promessas de resultados estéticos milagrosos. A agência mantém, inclusive, uma extensa lista de emagrecedores proibidos que, infelizmente, continuam circulando de forma clandestina.

Mas os danos não se limitam à

saúde física. Quando a primeira “solução milagrosa” fracassa, surge a frustração. O resultado não corresponde à promessa, e a culpa aparece: por que tanta gente conseguiu e eu não? Esse sentimento de fracasso aprofunda a vulnerabilidade e alimenta um ciclo perigoso. A pessoa continua buscando soluções rápidas, gastando dinheiro, perdendo tempo e colocando a própria saúde em risco.

O fato é que o verdadeiro tratamento da obesidade não cabe em uma cápsula comprada às escondidas na internet. Ele exige uma equipe multidisciplinar, mudanças progressivas no estilo de vida e, quando necessário, o uso de medicamentos prescritos com critério e monitoramento.

Vale, então, uma pergunta honesta: a busca é realmente por saúde ou por um padrão estético a ser atingido a qualquer custo? Enquanto não enfrentarmos essa pergunta com honestidade, continuaremos reféns de promessas fáceis e dispostos a arriscar a própria saúde por qualquer solução que prometa bem-estar imediato.

CORTE



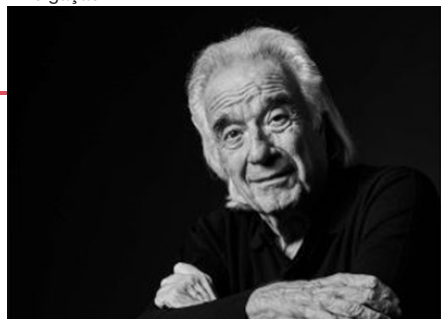
MARIA REIS
mariareisjornalista6@gmail.com

DOIS TEMPOS

1. Disputa do Startup Awards 2026 - O Hub Cerrado, um dos espaços de conexão e desenvolvimento do ecossistema de inovação de Goiás, está na disputa do Startup Awards 2026, considerada uma das principais premiações do mercado de startups no Brasil. A iniciativa concorre na categoria Comunidade de Startups e mobiliza empreendedores, investidores, mentores e profissionais do setor para fortalecer a participação de Goiás na premiação. A etapa de indicações regionais se encerrou na quarta-feira, dia 02 de setembro.

2. O objetivo do Hub Cerrado é conquistar uma posição entre os Top 10 da categoria, avançando para as próximas fases da competição. A campanha de mobilização é voltada principalmente para pessoas que já tiveram alguma experiência com o Hub Cerrado, seja por meio de eventos, programas, capacitações, conexões, mentorias ou outras iniciativas voltadas ao empreendedorismo e à inovação. Além da indicação do próprio Hub Cerrado na categoria Comunidade de Startups, a mobilização também reúne sugestões de profissionais ligados ao ecossistema para outras categorias do Startup Awards 2026.

Divulgação



IN CONCERT

Na terça-feira, dia 29 de setembro, o Flamboyant In Concert encerra a temporada 2026, com uma apresentação inédita do maestro João Carlos Martins e do cantor Péricles ao lado da Orquestra Filarmonica de Goiás, na Arena do Flamboyant Hall, às 19h30. Sob a regência de João Carlos Martins, o concerto reunirá música clássica, MPB, samba e pagode. Os ingressos são limitados e podem ser obtidos mediante troca de notas fiscais de compras feitas entre 1º e 29 de setembro nas lojas participantes do Flamboyant Shopping. A troca é realizada no posto localizado no piso 1, conforme regulamento disponível em www.flamboyant.com.br.

Divulgação



BRIGADEIRO

Após sete anos vivendo em Palmas (TO), o consultor de ativos financeiros Flávio Rêgo está de volta a Goiânia. Em tempo: no sábado, 12 de setembro, ele comemorou mais um ano de vida, do jeito que mais gosta: ao lado da filha Amanda Desidério Rêgo, cercado de muito carinho e paparicos

ANFITRIÕES

No registro, o diretor do Sesc e Senac Goiás, Leopoldo Veiga Jardim; o presidente do SindPit-dog, Ademildo Godoy e o empresário Frederico Costa, foram os anfitriões na abertura do Circuito X., festival que promove os "Pit Dogs", um verdadeiro patrimônio cultural dos goianos. O festival é uma realização do SindPit-dog, com apresentação do Senac Goiás e apoio da Fecomércio, Sesc e Sebrae. O Circuito X., acontece até sábado 10/ de outubro, em mais de 30 empreendimentos participantes, com organização da São Bento Produções e Eventos

Divulgação



VITRINE

VOCÊ SABIA?

Dica saudável: Elimine a farinha branca e substitua-a por grãos integral.

DIA DO CLIENTE NA ÓTICAS BRASIL

Em comemoração ao Dia do Cliente, celebrado hoje, terça-feira, dia 15 de setembro, a Óticas Brasil lança uma campanha especial aos clientes, com descontos de 15 a 50% em armações. A rede de óticas, há mais de 62 anos de mercado, conta com 46 lojas distribuídas entre Goiânia, Brasília, Paraná

e Tocantins. Além do desconto, os benefícios já consolidados da rede se estendem ao mês do cliente, com garantia na armação, ajustes gratuitos e atendimento personalizado,

PRAÇA PÚBLICA MAIS VERDE

A Sousa Andrade Construtora revitalizou a praça localizada na Avenida Deputado Jamel Cecílio, no Jardim Goiás próxima ao viaduto, com um conjunto de intervenções voltadas à melhoria da estrutura, do paisagismo e das condições de uso pela população. A iniciativa integra o Programa Adote uma Praça, da Prefeitura de Goiânia, e prevê a

manutenção e conservação do espaço ao longo de três anos.

70 VAGAS DE EMPREGO - O Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra (Iafas) está com 70 vagas de emprego abertas, em Goiânia. São 40 oportunidades para auxiliar de limpeza, 15 para recepcionista e 15 para profissionais de portaria. O instituto também recebe cadastros para jovens aprendizes e pessoas com deficiência (PCD) em diferentes funções. As candidaturas podem ser feitas pelo WhatsApp (62) 3988-3400, pelo site www.iafas.org.br ou pelo e-mail iafas@iafas.org.br.

CULTURA

Edital seleciona 58 atrações para o Natal do Bem 2026

Reprodução



Inscrições seguem até 21 de setembro para projetos de Circo, Dança, Teatro e Música; seleção prevê R\$ 502 mil em recursos

A REDAÇÃO - Estão abertas até 21 de setembro as inscrições para o edital que vai selecionar 58 apresentações artísticas para a programação do Natal do Bem 2026, em Goiânia. A iniciativa contempla projetos de Circo, Dança, Teatro e Música.

As inscrições começaram nesta segunda-feira (14) e devem ser realizadas exclusivamente pela plataforma BARU 2.0 – Versão PNAB. O edital e o cronograma completo estão disponíveis no site da Secretaria de Estado da Cultura de

Goiás (Secult).

A seleção será dividida em duas categorias. Para apresentações no Coreto, serão escolhidos 47 projetos, com pagamento de R\$ 6 mil para cada proposta, totalizando R\$ 282 mil.

Outros 11 projetos serão selecionados para apresentações no Palácio da Música. Neste caso, cada proposta receberá R\$ 20 mil, com investimento total de R\$ 220 mil.

Somadas as duas categorias, o edital destina R\$ 502 mil às 58 apresentações selecionadas.

Os espetáculos serão realizados entre 12 de novembro de 2026 e 3 de janeiro de 2027, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, como parte da programação do Natal do Bem, promovido pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

CASAS & MARCAS

MARIA REIS mariareisjornalista6@gmail.com

Azul companhia aérea vai lançar voo entre Goiânia e Fortaleza (CE)

A PARTIR DE 12 DE DEZEMBRO E AS VENDAS JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS - A Azul vai lançar um voo sazonal entre Goiânia e Fortaleza (CE), para atender à demanda da alta temporada de verão. A Azul é a maior companhia aérea do Brasil, em número de cidades atendidas e de rotas domésticas diretas. As vendas já estão disponíveis nos canais oficiais de venda da Companhia. A ligação direta entre os dois destinos das regiões Centro-Oeste e Nordeste terá frequência de um voo semanal, aos sábados, com saída de Goiânia às 23h15 e pouso previsto em Fortaleza às 02h05, de domingo. As partidas da capital cearense também serão, às 19h45, com chegada prevista em Goiânia, às 22h35. Além de atender à demanda da alta temporada, a nova rota cria oportunidade tanto para o turismo quanto para os negócios entre as duas regiões. Os clientes de Goiás passam a contar com uma ligação direta para Fortaleza, enquanto os cearenses ganham uma nova opção para acessar Goiânia, importante polo econômico do Centro-Oeste. As operações serão realizadas com aeronaves Embraer 195-E2, o avião comercial mais moderno em operação no Brasil.



Botik lança tecnologia de firmeza facial para a era do emagrecimento acelerado

A CATEGORIA DE SKINCARE ANTIDERRETIMENTO - A Botik, marca de skincare de alta performance do Boticário, lança a linha Botik Lifting Firmador e inaugura no Brasil a categoria de skincare "antiderretimento". O protocolo é composto pelo Sérum Lifting Firmador e pelo Creme para Olhos Firmador, desenvolvidos para atuar na firmeza e na sustentação da pele em momentos de perda acelerada de volume facial. A novidade conta com uma tecnologia baseada em um blend de peptídeos com patente requerida, formulada para estimular a produção de elastina e melhorar a estrutura da pele. Segundo o Grupo Boticário, a fórmula promove efeito lifting imediato e atua em diferentes níveis de elasticidade: resposta inicial, recuperação da pele após pressão e resistência ao longo do tempo.



RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL

PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019

VERIFICAÇÃO
ACESSO: VERIFICADOR.ITL.GOV.BR

FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - FIMES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS - UNIFIMES

DECRETO FUNDACIONAL Nº 828, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Homologa o Resultado do Processo Seletivo Simplificado para seleção de Professores Substitutos - Edital nº 006/2026 e dá outras providências. A Diretora Secretária da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros - FIMES, Prof.ª Ma. Marilaine de Sá Fernandes, no uso de suas atribuições legais em vigor, **RESOLVE:** Art. 1º Homologar, para que surta seus efeitos legais, o resultado do Processo Seletivo Simplificado para Seleção de Professores Substitutos, promovido nos termos do Edital nº 006/2026, conforme relação dos aprovados abaixo:

Vaga	Candidato	Prova Didática	Prova de Títulos	Resultado Final	Situacao	Classifi- cacao
Vaga 01	MATHEUS PESSOA COSTA CINTRA	89,67	15,30	104,97	Aprovado	1
Vaga 01	MARAMA DA ROCHA BOMFIM	52,33		52,33	Reprovado	
Vaga 02	OSVALDO CAMPOS DOS SANTOS NONATO	84,00	15,00	99,00	Aprovado	1
Vaga 02	FABIANO PINA BACH	72,33	5,00	77,33	Cadastro de reserva	2
Vaga 03	LARA MARIA GOMES PINTO LEMOS	96,33	5,00	101,33	Aprovado	1
Vaga 03	GUY BRESSAN NARIKAWA DE SOUSA	95,67	5,00	100,67	Aprovado	2
Vaga 03	MARYELLE MUNIZ OLIVEIRA RESENDE	94,33	5,00	99,33	Aprovado	3
Vaga 03	VALTER LUIS FIUZA JUNIOR	0,00		0,00	Reprovado por falta	
Vaga 03	GUSTAVO HENRIQUE DUARTE DE MORAIS	0,00		0,00	Reprovado por falta	
Vaga 04	JAQUELINE SOUZA LACERDA	94,33	10,60	104,93	Aprovado	1
Vaga 04	AUGUSTO RODRIGUES DE ARAUJO NETO	93,17	5,30	98,47	Aprovado	2
Vaga 04	CRISTINA CRUVINEL FREITAS	86,33	5,00	91,33	Cadastro de reserva	3
Vaga 04	BLENDA AVELINO SOARES	0,00		0,00	Reprovado por falta	
Vaga 05	FELIPE DOS SANTOS ARRUDA	100,00	26,30	126,30	Aprovado	1
Vaga 05	RYVIA STEFANY FERNANDES DOS SANTOS	97,00	8,70	105,70	Cadastro de reserva	2
Vaga 06	THALITA OLIVEIRA ROCHA	82,17	11,00	93,17	Aprovado	1
Vaga 06	MATHEUS FERREIRA MARQUES	56,67		56,67	Reprovado	
Vaga 06	RAQUEL RODRIGUES DUTRA	53,17		53,17	Reprovado	
Vaga 06	HUGO JONHANTAN DONADON PANIAGO	52,33		52,33	Reprovado	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL DA FIMES, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (14/09/2026).

Marilaine de Sá Fernandes

Diretora Secretária da FIMES

152362

CAPERON INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ 00.074.197/0001-03, torna público que requereu a Secretária Municipal de Meio Ambiente de Águas Linda de Goiás – SEMMA, o pedido de Licença Ambiental Previa e Licença Ambiental de Instalação, de um condomínio residencial vertical, situado na Rua 2, Quadra 48, Lote 11, Jardim da Barragem VI, Águas Lindas de Goiás-GO, CEP: 72921-037. O empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/1986, que dispõe sobre o impacto ambiental.

152367

MUNICÍPIO DE GOIANÁPOLIS GO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁPOLIS GO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 012/2026

OBJETO: Contratação de instituição especializada (banca examinadora/organizadora) para o planejamento, a organização, a elaboração, a aplicação, a correção, o julgamento e a divulgação dos resultados do concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Município de Goianápolis GO, de acordo com o Edital e Termo de Referência.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA, FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 09:00 horas do dia 09/11/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Avenida Câmara Filho, nº 353, Centro, Goianápolis Go.

REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES: Av. Câmara Filho, nº 353, centro, Goianápolis-GO, ou pelo telefone (62) 3341-1998, em dias úteis no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h, ou ainda pelo site: <https://goianapolis.go.gov.br/>.

Goianápolis, 14 de setembro de 2026.

YASMIM JORDANA MACEDO BARBOSA

Agente de Contratação

152371

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRISTIANÓPOLIS

Aviso de Credenciamento nº 04/2026 - Edital nº 27/2026.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Cristianópolis/GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Raquel, Qd. A-4, Lt. 38, nº 55, Setor Palestina, Cristianópolis/GO, CNPJ: 20.244.801/0001-00, torna público que realizará procedimento de Credenciamento, destinado à contratação de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de facilitação de oficinas destinadas aos usuários do Serviço de Convivência - SECON, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, com fundamento nos arts. 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021. Período de credenciamento: a partir de 16/09/2026 até 15/09/2027. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço acima, no horário de expediente, e/ou no site: www.cristianopolis.go.gov.br. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do e-mail: licitacao@cristianopolis.go.gov.br. Tel: (64) 99234-7102. Cristianópolis/GO, 14/09/2026. Fabiane Lopes Magalhães Calimam/Sec. Mun. Assistência Social e Gestora do FMAS

152375

MILAN LEILÕES
LEILOEIROIS OFICIAIS

AMANHÃ
QUARTA FEIRA
16 SET
9:30H.
PRESENCIAL E ONLINE

DÊ SEU LANCE AQUI

LEILÃO C/ APROX.
40 CAMINHÕES

CAVALOS MECÂNICOS EQUIP.
C/GUINDASTES, CESTOS E
PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS ETC.

M. BENZ AXOR 2544 S
DIESEL DE 2015 A 2021

SCANIA R500 A6X4 CAB EST.
3 EIXOS DIESEL 2021/22

M. BENZ ACTROS 2548S
DIESEL 2020/20

DAF XF FIT 530 - CAB EST.
3 EIXOS DIESEL 2021/22

02 UNID.
VW 17.230 CRM 4X2 MUNCK
DIESEL DE 2017 A /21

04 UNID.
M. BENZ ACCELO 815 C/ PLAT.
ELEVAT. DIESEL DE 2017 A /21

TECTOR 240
DIESEL 2013/13

02 UNID.
FACCHINI SRF TANQUE PROD.
PERIGOSOS - 3 EIXOS 2023/24

LOCAL: ROD. RAPOSO TAVARES KM 20 SÃO PAULO-SP

www.milanleiloes.com.br
(11) 3336-6887

152374

INDEPENDÊNCIA É TUDO!

Gazeta do Estado

Somos Impresso
Somos Digital
Somos Conteúdo

prefeitura de Goiânia
promove o Café Sinfônico

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 09/2026

O MUNICÍPIO DE CACHEIRA DOURADA GOIÁS, por meio de sua Comissão, torna público aos interessados que fará realizar, **Chamada Pública 09/2026**, EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(A)S OFICIAIS, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, para a eventual realização de leilões públicos, preferencialmente na forma eletrônica (online), de bens móveis inservíveis, veículos, máquinas, equipamentos e sucatas de propriedade do Município de Cachoeira Dourada-GO. A entrega dos envelopes ocorrerá a partir do dia 21/09/2026 até 21/09/2027. O Edital estará disponível <https://cachoeiradourada.go.gov.br/> ou por e-mail: licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br.

Cachoeira Dourada Goiás, 14 de setembro de 2026.

Gabriel Rodrigues Izidoro Mesquita

Agente de Contratação

152369

INSTITUTO DR LUCAS FERREIRA CIRURGIAO DENTISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.029.099/0001-80, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Eficiência (SEFIC), a Licença Ambiental de Instalação e Operação, para a atividade principal: 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação e atividades secundárias 85.31-7-00 - Educação superior – graduação, 85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão, 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares, 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente, 86.30-5-04 - Atividade odontológica, localizado na R 9, Quadra 26, Lote 78, nº 636– Setor Central, Goiânia - GO.

152376

PAX
BOM JESUS
SERVIÇOS FUNERARIOS E CREMAÇÃO

•Serviços funerários e cremação;
•Construção e reforma de túmulos;
•Planos de assistência familiar;
•Fotos de porcelana;
•Coroas de flores.

61 3622-7879 / 61 9 9985-7978
Av. Alfredo Nasser Qd.70 Lt.1/3 P.E.D.I

Gazeta do Estado

PUBLICIDADE LEGAL

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da Lei 13.818/19, para a publicidade legal em jornais (balanços e editais).

Somos o único jornal de grande circulação em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

(62) 3249-8883 / gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/
editais@gazetadoestado.com.br / comercial@gazetadoestado.com.br

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - GO

ERRATA

Na publicação do AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 206/2026 – SECTI, veiculada no dia 14/09/2026, no Jornal Gazeta do Estado, Página 6, Edição 6564. Onde se lê: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – GO Leia-se: SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – GO

Permanecem inalteradas as demais informações da publicação.

152356

Extrato de Republicação. Prefeitura Municipal de Palestina de Goiás. Estado de Goiás. Processo Administrativo nº 2140/2026. Pregão Presencial nº 14/2026. Tipo: menor preço por item. Objeto: contratação de empresa para o Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de construção, destinados a manutenção das secretarias e órgãos municipais do Município, conforme quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência presente Edital. Data: 25 de setembro de 2026, às 09h:00min. Informações complementares e aquisição do Edital pelo telefone: (64) 99280-0918, licitacaopalestina@gmail.com e www.palestinadegoias.go.gov.br. Cynthia Alves de Sousa - Analista de Licitações e Contratos.

152359

MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS – GO
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 024/2026

O MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.178.573/0001-72, por intermédio de seu Pregoeiro devidamente designado, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, nos termos do Processo Administrativo Protocolo nº 4522/2026, Lei 14.133/2021, Modo de Disputa: **ABERTO**, que fará realizar na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo, **MENOR PREÇO**, objetivando **Aquisição de Equipamentos de Informática, Eletroeletrônicos e Móveis de Escritório para atender a demanda de todos os órgãos da Administração Municipal no período de 12 meses**, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. **Fim do cadastramento das propostas 28/09/2026 às 07hrs50min. Início da sessão pública no dia 28/09/2026 às 08hs.** O edital e o recebimento das propostas estarão disponíveis a partir de **15/09/2026**, na Sede Administrativa do Município e ou através do site www.palminopolis.go.gov.br ou <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. **Informações:** Setor de Licitações - Prefeitura Municipal. Fone: (64) 9 9332 5739 e-mail: palminopolislicita@outlook.com. **Palminópolis-GO, 15 de Setembro de 2026. - Jakeline Faleiro de Jesus- Pregoeira.**

152360

Prefeitura Municipal de Aragoiânia. Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico nº 042.2026. Republicação. O Município de Aragoiânia/GO, através da Pregoeira, torna público que no dia 28/09/2026 às 09:00h, em sessão pública no sítio eletrônico www.slicx.com.br "Acesso Identificado", na forma da Lei nº 14.133/21 será realizado licitação na modalidade pregão eletrônico (SRP), tipo menor preço por item, para a contratação de empresa especializada, para aquisição de gêneros alimentícios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e demais Secretarias do Município de Aragoiânia, para o ano de 2026. Cópia do Edital e maiores informações serão obtidos pelo site www.aragoiania.go.gov.br e www.slicx.com.br "Acesso Identificado", no horário das 08:00h as 11:00h e as 13:00h as 17:00h. Aragoiânia/GO, 14 de setembro 2026. Francys Gabrielle Brasil - Pregoeira.

152361

CAPERON INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ 00.074.197/0001-03, torna público que requereu a Secretária Municipal de Meio Ambiente de Águas Linda de Goiás – SEMMA, o pedido de Licença Ambiental Previa e Licença Ambiental de Instalação, de um condomínio residencial vertical, situado na Rua 2, Quadra 48, Lote 13, Jardim da Barragem VI, Águas Lindas de Goiás-GO, CEP: 72921-037. O empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/1986, que dispõe sobre o impacto ambiental.

152363

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIÂNIA (APAE DE GOIÂNIA), CNPJ nº 01.240.688/0003-01, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Eficiência – SEFIC a Licença de Operação para as atividades de serviços de saúde, CNAEs 8640-2/02, 8630-5/03 e 8650-0/03, no empreendimento situado na Rua 34, Qd. A23, Lt. 18 e 19, Jardim Goiás, Goiânia – GO.

152364

CAPERON INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ 00.074.197/0001-03, torna público que requereu a Secretária Municipal de Meio Ambiente de Águas Linda de Goiás – SEMMA, o pedido de Licença Ambiental Previa e Licença Ambiental de Instalação, de um condomínio residencial vertical, situado na Rua 2, Quadra 48, Lote 12, Jardim da Barragem VI, Águas Lindas de Goiás-GO, CEP: 72921-037. O empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/1986, que dispõe sobre o impacto ambiental.

152365

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIÂNIA (APAE DE GOIÂNIA), CNPJ nº 01.240.688/0002-20, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Eficiência – SEFIC a Licença de Operação para as atividades de serviços de saúde, CNAEs 8630-5/03, 8630-5/04, 8650-0/01, 8650-0/02, 8650-0/03, 8650-0/04, 8650-0/05 e 8650-0/06, no empreendimento situado na Rua 58, nº 329, esquina com a Av. A e Rua 56, Jardim Goiás, Goiânia – GO.

152366

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIÂNIA (APAE DE GOIÂNIA), CNPJ nº 01.240.688/0001-40, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Eficiência – SEFIC a Licença de Operação para as atividades de serviços de saúde, CNAEs 8630-5/03, 8630-5/04, 8650-0/01, 8650-0/02, 8650-0/03, 8650-0/04, 8650-0/05 e 8650-0/06, no empreendimento situado na Rua 255, nº 628, Setor Coimbra, Goiânia – GO.

152368

BALANÇO PATRIMONIAL			
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)			
	Ativo		
	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.0	3.910.594,86	43.620
Créditos a Receber de Clientes	5.1	1.462.831,97	34.576.429
Outros Créditos a Receber	5.2	20.374.500,60	16.682.223
Tributos a Recuperar/Compensar	5.2 c	5.474.637,13	7.521.073
Estoques	5.3	7.315.442,61	5.380.434
		38.538.007,17	64.203.780
Não Circulante			
Créditos a Receber de Clientes	5.4	132.001,53	158.366
Outras Contas a Receber	5.5	46.657.569,84	47.093.257
Depósitos Judiciais			-
Investimentos	5.6	247.294,41	247.294
Imobilizado	5.7	24.315.629,98	27.146.042
Intangível	5.8	15.000,00	15.000
		71.367.495,76	74.659.960
Total do Ativo		109.905.502,93	138.863.740
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	6.0	51.409.380,45	65.358.409
Obrigações Tributárias	6.1	45.354.830,62	59.466.773
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher			-
Obrigações Trabalistas e Previdenciárias	6.2	119.238.326,10	114.164.842
Outras Obrigações	6.3	81.443.863,46	133.865.939
Partes Relacionadas	6.3 f	158.000.000,00	
Obrigações com Subsidiárias		-	1.809.448
Provisão para riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	6.4	523.160.111,42	839.587.658
Provisões de férias e 13º		-	-
		978.606.512,05	1.214.253.069
Não Circulante			
Fornecedores		-	-
Outras Obrigações		-	-
Obrigações com subsidiárias		-	-
Obrigações Tributárias	6.5	1.772.264.251,06	1.573.620.662
Obrigações Sociais	6.6	204.883.234,38	201.102.975
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		-	15.715
		1.977.147.485,44	1.774.739.352
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6.7	29.772.386,30	29.772.386
Reservas	6.8	2,52	2,52
Prejuízos acumulados		(-2.875.620.883)	(-2.879.901.071)
		(-2.845.848.494,56)	(-2.850.128.682)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		109.905.502,93	138.863.740

As Notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO			
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)			
	Notas	2025	2024
Receitas de Serviços			
Receita dos Serviços Prestados	7.1	349.159.090,63	564.077.637
		349.159.090,63	564.077.637
Deduções das Receitas			
Tributos incidentes sobre as receitas	7.2	(-32.331.091,17)	(-52.177.072)
		(-32.331.091,17)	(-52.177.072)
Custos			
Custo dos Serviços Prestados	7.3	(-354.031.488,22)	(-515.924.131)
		(-354.031.488,22)	(-515.924.131)
Lucro Bruto		(-37.203.488,76)	(-4.023.566)
Despesas Administrativas			
Despesas Administrativas	7.4	(-200.528.924,91)	(-962.887.013)
Despesas Impostos e Taxas		(-80.281.065,49)	(-153.354.379)
Despesas Impostos e Taxas		(-37.095,55)	(-7.699)
Despesas com provisões p/ contingências		(-120.210.763,87)	(-809.524.935)
Despesas com Provisões p/ devedores duvidosos		-	-
Resultado Operacional		0,00	43.116.118
Receita Operacional		0,00	43.162.320
Despesa Operacional		0,00	(-46.202)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(-237.732.413,67)	(-923.794.461)
Resultado Financeiro	7.5	(-165.091.236,18)	(-193.929.249)
Receitas Financeiras		229.883,28	458.815
Despesas Financeiras		(-165.321.119,46)	(-194.273.664)
Outras Receitas/Despesas não Operacionais		417.776.506,32	(-114.399)
Outras Receitas/Despesas não Operacionais		435.714,15	
Equivalência Patrimonial		(-428.292,67)	-
Reversão de Provisões		417.769.084,84	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL		14.952.856,47	(-1.117.723.710)
CSLL		-	-
IRPJ		-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício		14.952.856,47	(-1.117.723.710)
ATRIBUÍVEL A			
Acionistas da Companhia		14.952.856,47	(-1.117.723.710)
			0
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			
Básico		199,11	(-2,66)
Demonstração do Resultado Abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Valores expressos em Reais)			
		2025	2024
Déficit e/ou superávit líquido do exercício		14.952.856,47	(-1.117.723.710)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do período		14.952.856,47	(-1.117.723.710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.772.386	1	1	1	(-1.759.523.611)	(-1.729.751.223)
Lucro/(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(-1.117.723.710)	(-1.117.723.710)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(-2.653.749)	(-2.653.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	29.772.386	1	1	1	(-2.879.901.070)	(-2.850.128.682)
Lucro/(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	14.952.856	14.952.856
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(-10.672.669)	(-10.672.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	29.772.386	1	1	1	(-2.875.620.883)	(-2.845.848.494)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)		

Fluxos de caixa das atividades operacionais Superávit/déficit do exercício		
Superávit/déficit do exercício	2025	2024
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	14.952.856	(-1.117.723.710)
Ajustes de exercícios anteriores	(-10.672.669)	(-2.653.749)
Amortização e Depreciações	3.233.189	3.013.727
Equivalencia Patrimonial	428.293	0
	7.941.669	(-1.117.363.732)
Variações nos ativos		
Valores Recebidos de Clientes	33.139.962	(-32.351.641)
Estoques	(-1.935.008)	7.220.598
Adiantamentos a Fornecedores e Empregados	(-3.611.142)	518.101
Tributos a Recuperar/Recompensar	2.046.436	(-2.860.554)
Outros Créditos	(-73.740,9)	(-4.722.319)
Variações nos passivos		
Fornecedores de Bens e Serviços	(-13.949.029)	(-35.808.315)
Salários, obrigações sociais e tributárias	(-9.038.458)	(-23.302.155)
Outras Obrigações	(-370.659.070)	816.971.107
	(-356.138.382)	(-391.698.911)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(-402.776)	(-1.218.277)
	(-402.776)	(-1.218.277)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	202.408.133	392.923.509
Recebimentos mútuos partes relacionadas	158.000.000	0
	360.408.133	392.923.509
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento		
Aumento (Redução) nas disponibilidades		
	3.866.975	6.321
Caixa no início do exercício	43.620	37.299
Caixa no final do exercício	3.910.595	43.620
	3.866.975	6.321
Aumento (Redução) nas disponibilidades		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de Capital Fechado e de Direito Privado. Foi constituída através da Lei Municipal nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, inscrita no CNPJ-MF nº 00.418.160/0001-55, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 23/05/1975 nº 5230000070-0, possui sede administrativa na Avenida Nazareno Roriz nº 1.122, Vila Aurora, Cep: nº 74.405-010, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tem como principal acionista e cliente a Prefeitura Municipal de Goiânia. A COMURG tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, controlar, comandar e executar, em regime de exclusividade os serviços de arborização, limpeza urbana com a coleta e varrição do lixo e urbanização no município de Goiânia. Também compete a COMURG: a) Administrar o Fundo de Urbanização de Goiânia, instituído pela Lei Municipal nº 4.914, de 21 de outubro de 1974, podendo, à conta desses recursos, realizar investimentos nos programas de equipamentos urbanos e de infraestrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas, e bem assim aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia; b) incumbir-se da execução de obras e serviços públicos, quando lhes forem cometidos; c) explorar serviços públicos de limpeza urbana, urbanismo, coleta, transporte, manejo e destinação final de resíduos sólidos, implementar Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS, nos termos da concessão outorgada pelo Poder Público Municipal, além dos contratos de prestação de serviços a serem firmados com as entidades da administração pública e entidades sem fins lucrativos de qualquer esfera de governo, especificamente para esta finalidade, podendo, para tanto, criar subsidiárias; d) promover a conservação, manutenção e reformas de canteiros, praças, parques e áreas ajardinadas do Município de Goiânia e seus prédios, bem como a elaboração e execução de projetos, mediante contraprestação pecuniária e em atendimento à legislação e contrato de concessão correspondentes. e) urbanizar terrenos oriundos de desapropriações realizadas pela municipalidade, desde que tenha convênio celebrado com o Município para esse fim, ou adquiridos pela própria Companhia; f) proceder ao remanejamento de áreas urbanas deterioradas, pertencentes ao patrimônio da COMURG, negociando-as na forma legal; g) proceder ao remanejamento de áreas deterioradas, com prévio consentimento de seus proprietários, ressarcindo-se das despesas, acrescidas de remuneração pelos serviços prestados; h) celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG e nos limites da lei, parcerias, termos de colaboração, convênios ou contratos em geral, com entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos; i) celebrar, sempre que atendam aos interesses da COMURG, convênios ou contratos com entidades concessionárias de serviços públicos responsáveis por obras de infraestrutura, em áreas a serem utilizadas; j) realizar permuta, alienação e arrendamento de imóveis que lhe sejam destinados nos termos da lei.		
2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.		
2.1. Declaração da Administração e Base de Apresentação. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/1976, bem como aos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão, de modo geral, convergentes com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board. A Administração declara que as presentes demonstrações contábeis refletem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período, evidenciando todas as informações relevantes e necessárias à adequada compreensão por parte dos usuários. As informações contidas nas demonstrações contábeis são consistentes com aquelas utilizadas pela Administração no processo de gestão e tomada de decisões. 2.2. Base de Mensuração e Moeda Funcional. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo. A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$), sendo os valores apresentados arredondados para a unidade mais próxima, salvo indicação em contrário.		
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS. 3.1 Classificação circulante versus não circulante. A Companhia classifica seus ativos e passivos no balanço patrimonial em circulantes e não circulantes, de acordo com os critérios estabelecidos na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Um ativo é classificado como circulante quando atende a pelo menos um dos seguintes critérios: (i) espera-se que seja realizado, vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; (ii) é mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se que seja realizado dentro do período de até 12 (doze) meses após a data do balanço; ou (iv) corresponde a caixa ou equivalente de caixa, salvo quando houver restrição quanto ao seu uso para liquidação de passivos por período superior a 12 (doze) meses. Os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado no curso normal do ciclo operacional da Companhia; (ii) é mantido principalmente para negociação; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 (doze) meses após a data do balanço; ou (iv) a Companhia não possui direito incondicional de postergar sua liquidação por período superior a 12 (doze) meses. Os demais passivos são classificados como não circulantes.		
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO 4.1 Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos financeiros é realizada pela Administração, que estabelece políticas e procedimentos voltados ao monitoramento contínuo das exposições, visando mitigar potenciais efeitos adversos sobre a posição financeira e o desempenho operacional da Companhia. A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação, tampouco possui contratos dessa natureza destinados à proteção (hedge). Adicionalmente, não foram celebradas operações em moeda estrangeira no exercício. No que se refere ao risco de taxa de juros, a Companhia acompanha as condições de mercado, avaliando, quando aplicável, a necessidade de revisão de suas obrigações financeiras, especialmente aquelas decorrentes de parcelamentos e financiamentos. 4.2 Mensuração do valor justo. A Companhia avalia que os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e demais passivos circulantes, representam, em sua maioria, uma aproximação razoável de seus respectivos valores justos. Essa avaliação decorre, principalmente, da natureza e do curto prazo de vencimento desses instrumentos, bem como da ausência de variações significativas que impactem seus valores registrados.		
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2025	2024
Caixa econômica Federal c/c 500840-8	R\$ 37.299,31	R\$ 37.299,31
Banco Itaú c/c 32983-3	R\$ 13.760,82	R\$ 6.005,70
Banco Itaú c/c 33542-6 - Fundo Rotativo	R\$ -	R\$ 879,42
Banco Itaú c/c 33574-9 - Folha de pagamento	R\$ 315,12	R\$ 10,00
Banco Itaú c/c 351753 - Bloqueios Judiciais	R\$ 2,80	R\$ -
Caixa Econômica Federal c/c 0000283	R\$ 7.393,99	R\$ -
Aplicações de liquidez imediata	R\$ 3.851.248,52	R\$ -
	R\$ 3.910.594,86	R\$ 43.620,13

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa representam os recursos financeiros mantidos pela Companhia em contas bancárias e aplicações financeiras, classificados de acordo com sua natureza e grau de disponibilidade. Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez. Os saldos estão registrados pelos valores contábeis, que correspondem aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Companhia e incluem aplicações financeiras com vencimento original de até 90 (noventa) dias, ou que possuam liquidez imediata, sendo prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. **5.1 CREDITOS A RECEBER DE CLIENTES.** Os clientes a receber são provenientes da prestação de serviços através do Contrato de Concessão com a Prefeitura e demais contratos com outras secretarias, como também com particulares nas descargas de resíduos sólidos no aterro sanitário.

	2025	2024
Outros Clientes Diversos ^(a)	R\$ 50.446,16	R\$ 210.544,60
Seg. Industria e Soluções Ltda	R\$ 104.566,70	R\$ 104.566,70
Secretaria municipal de Desenvolv.	R\$ 106.692,21	R\$ 106.692,21
América Cleaning e Ambiental EIRELI	R\$ 115.983,42	R\$ 115.983,42
Ecosense Construções, Logística e Gestão Amb.	R\$ 134.016,25	R\$ 134.016,25
DM Containers Locação, Manutenção, Ind.	R\$ 164.566,86	R\$ 164.566,86
Suriel ambiental coleta de resíduos e Prest.	R\$ 185.453,29	R\$ 185.453,29
GVPAR - Participações e Investimentos LTDA	R\$ 187.054,60	R\$ 187.054,60

** <i>Continuação Balanço Patrimonial Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG – CNPJ: 00.418.160/0001-55</i>		
GVPAR - Participações e Investimentos LTDA	R\$ 187.054,60	R\$ 187.054,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana	R\$ 413.942,48	R\$ 33.367.550,82
	R\$ 1.462.831,97	R\$ 34.576.428,75

(a) A rubrica “Outros Clientes Diversos” compreende valores a receber oriundos da prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos no Aterro Sanitário, relativos a clientes com menor volume de utilização, mediante contrato de prestação de serviços.

5.2 OUTROS CREDITOS A RECEBER

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores ^(a)	R\$ 7.440.615,68	R\$ 7.483.565,48
Adiantamento a empregados ^(b)	R\$ 4.426.200,04	R\$ 772.107,79
Tributos a recuperar/compensar ^(c)	R\$ 5.474.637,13	R\$ 7.521.073,31
Bloqueios Judiciais e outros ^(d)	R\$ 6.032.341,65	R\$ 5.977.403,51
Adiantamentos a subsidiárias	R\$ 2.475.343,23	R\$ 2.449.146,49
	R\$ 25.849.137,73	R\$ 24.203.296,58

(a) Os valores de Adiantamento a Fornecedores são créditos que a Companhia tem junto aos seus fornecedores em decorrência de situações como pagamentos a maior por falta de observação das devidas retenções, e outros pagamentos a maiores que serão restituídos ou terão suas contraprestações realizadas no exercício seguinte.

(b) Os adiantamentos aos empregados referem-se as férias pagas que serão descontadas em folha de pagamento, no exercício seguinte em razão da proporcionalidade quanto ao gozo das férias pelos colaboradores.

(c) Créditos fiscais acumulados de PIS e COFINS que decorrem sobre compras de insumos e aquisições de serviços utilizados na prestação de serviços, bem como impostos retidos na fonte (IRRF, CSLL, PIS, COFINS e INSS). Durante o exercício corrente foram analisadas as apurações tributárias e as devidas compensações informadas em PERDCOMP e DCTFWEB , resultando nos saldos acumulados registrados no balancete analítico. Em relação aos saldos provenientes de exercícios anteriores, a Administração, em conjunto com o Departamento Jurídico Tributário, está elaborando relatórios analíticos dos diversos processos tributários em andamento, a fim de avaliar a necessidade de ajustes nos registros contábeis ou identificar eventuais oportunidades de aproveitamento de créditos tributários decorrentes dos processos em curso.

(d) Os bloqueios judiciais referem-se a valores retidos em decorrência de sentenças condenatórias não quitadas no prazo legal, ensejando a emissão de ordens judiciais de bloqueio no exercício. Durante o período, tanto o setor Financeiro quanto o Jurídico enfrentaram dificuldades para identificar e vincular os respectivos processos judiciais que deram origem aos bloqueios, o que impactou diretamente a conciliação contábil e a baixa das contas relacionadas a esses procedimentos.

5.3 ESTOQUES

	2025	2024
Almoxarifado de manutenção	R\$ 919.037,49	R\$ -
Combustíveis e lubrificantes	R\$ 594.744,19	R\$ -
Materiais em geral	R\$ 3.974.632,95	R\$ 4.805.283,74
Materiais para veículos	R\$ 992.717,32	R\$ -
Materiais de conservação e limpeza	R\$ 172.327,79	R\$ 89.073,28
Bens de pequeno valor	R\$ 43.360,09	R\$ 78.102,47
Materiais elétricos	R\$ 329.432,04	R\$ 160.097,60
Materiais de escritório	R\$ 100.466,35	R\$ 171.347,62
Materiais para copa	R\$ 11.378,70	R\$ 13.145,24
Bens para imobilizado	R\$ 177.345,69	R\$ 63.384,54
	R\$ 7.315.442,61	R\$ 5.380.434,49

Os materiais em geral compreendem bens destinados ao uso e manutenção das atividades operacionais da Companhia, incluindo insumos utilizados na prestação de serviços e na conservação de máquinas e equipamentos. A conta é composta, principalmente, por uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de construção para reformas de bens públicos, bem como mudas e forragens utilizadas nos serviços de urbanização de praças e demais áreas públicas. A conta “Almoxarifado de Manutenção” registra aquisições de materiais já faturados pelos fornecedores, porém ainda não recebidas fisicamente pela Companhia até a data de encerramento do período, em função de prazos logísticos operacionais. A referida conta possui natureza transitória, sendo seus saldos reclassificados para os estoques após a conferência e entrada física dos bens no almoxarifado. Os materiais são registrados pelo valor de aquisição, devidamente classificados no ativo circulante. Os saldos não são apresentados de forma a evidenciar os créditos tributários relativos a PIS e COFINS, em razão da metodologia de controle de estoques adotada e das características do sistema de informações utilizado pela Companhia para registro contábil.

5.4 CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES – ATIVO NÃO CIRCULANTE

	2025	2024
Aroeira Resíduos e Serviços Ltda ^(*)	R\$ 132.001,53	R\$ 158.366,37
	R\$ 132.001,53	R\$ 158.366,37

(*) Referem-se a acordo celebrado com a empresa Aroeira Resíduos e Serviços Ltda., relativo a créditos de exercícios anteriores. Esse crédito foi renegociado em 19/12/2022, e no exercício de 2025 houve pagamentos inconstantes.

5.5 OUTROS CREDITOS. 5.5.1 TÍTULOS A RECEBER

	2025	2024
Crédito BBC S/A Liquidação Extrajudicial (a)	R\$ 96.657,50	R\$ 104.051,49
Depósitos judiciais (b)	R\$ 46.989.205,01	R\$ 46.989.205,01
	R\$ 47.085.862,51	R\$ 47.093.256,50

(a) Referem-se a créditos que a Companhia possua junto ao Banco BCC S/A na data de sua liquidação extrajudicial. O recebimento será efetuado gradualmente, de acordo com a disponibilidade de recursos e o cronograma de pagamentos definido no processo de liquidação, estando a quitação integral prevista para exercícios futuros.

(b) São penhoras referente a ações de cobranças de tributos federais que tramitam na Justiça Federal. Estes valores penhorados estão depositados em conta judicial aguardando destinação.

5.5.2 - CONTROLADORA, CONTROLADAS E COLIGADAS

	2025	2024
COMOB– Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia em Liquidação ^(b)	R\$ 29.930.659,25	R\$ 29.930.659,25
(-) Equivalência Patrimonial ^(a)	-R\$ 29.950.380,53	-R\$ 29.930.659,25
	-R\$ 19.721,28	R\$ 0,00
COMPAV – Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia ^(b)	R\$ 14.951.359,00	R\$ 14.951.359,30
(-) Equivalência Patrimonial ^(a)	-R\$ 15.359.930,69	-R\$ 14.951.359,30
	-R\$ 408.571,69	R\$ 0,00

(a) A Companhia detém participação societária em empresas que se encontram em processo de liquidação, notadamente a Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia – COMPAV e a Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia – COMOB. Em razão do estágio de liquidação e da descontinuidade de suas atividades operacionais, tais investidas apresentaram resultados negativos no exercício de 2025, sendo: • COMPAV: prejuízo de R\$ 408.571,69. • COMOB: prejuízo de R\$ 19.821,28

(b) Os investimentos nessas sociedades são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto nos arts. 243, §§ 1º e 2º, e 248, incisos I a III e §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/1976, em consonância com os princípios contábeis aplicáveis. Dessa forma, a Companhia reconhece em seu resultado a sua participação nos resultados apurados pelas investidas, ajustando o valor contábil dos respectivos investimentos de acordo com a variação do patrimônio líquido dessas entidades.

5.6 INVESTIMENTOS

	Participação %	2025	2024
COMDATA - Cia de Processamento de Dados do Município de Goiânia ^(a)	0,01	R\$ 235,65	R\$ 235,65
COMLUZ - Cia de Iluminação do Município de Goiânia ^(a)	100,00	R\$ 247.058,76	R\$ 247.058,76
		R\$ 247.294,41	R\$ 247.294,41

(a) São empresas em que a COMURG detém participação. Sendo que a COMLUZ já encontra-se com suas atividades encerradas, e a COMDATA em fase de liquidação. Durante o exercício de 2025 não foi reportado a Companhia quaisquer informações de resultados e demonstrações contábeis das referida empresa em fase de liquidação, para que fosse possível realizar o acompanhamento dos investimentos decorrentes de equivalência patrimonial.

5.7 IMOBILIZADO. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. A depreciação é calculada pelo método linear, ao longo da vida útil econômica estimada, e reconhecida na demonstração do resultado. Os custos subsequentes são incorporados ao valor contábil do imobilizado ou registrados como item específico, quando apropriado, somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados a esses itens sejam gerados para a Companhia e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do período em que são incorridos. Os terrenos não são depreciados. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações são apurados pela comparação entre o valor de venda e o valor contábil residual e reconhecidos na demonstração do resultado, no grupo “Outras despesas operacionais, líquidas”, quando da sua ocorrência.

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE							
IMÓVEIS							
Conta	Custo de aquisição	01/01/2025	Aquisições	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2025
1.2.4.01.0001	Terrenos	17.088.030,63					17.088.030,63
1.2.4.01.0004	Fábrica de Tubos	134.837,47					134.837,47
1.2.4.01.0005	Sede Slua	74.084,03					74.084,03
1.2.4.01.0006	Bloco de Divisões da Slua	40.436,41					40.436,41
1.2.4.01.0007	Obras Cíveis	853.861,31					853.861,31
1.2.4.01.0008	Área Fábrica de Tubos	80.124,32					80.124,32
1.2.4.01.0009	Fazenda Vau das Pombas	156.279,78					156.279,78
1.2.4.01.0010	Aterro Sanitário	22.188,47					22.188,47
1.2.4.01.0011	Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	7.478.017,78					7.478.017,78
TOTAIS		25.927.860,20	0,00	0,00	0,00	0,00	25.927.860,20
MÓVEIS							
Conta	Custo de aquisição	01/01/2025	Aquisições	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2025

1.2.4.05.0001	Móveis e Utensílios (Saldo Inicial)	458.854,09	10.810,00				469.664,09
1.2.4.05.0002	Máquinas e Equipamentos (Saldo Inicial)	6.318.635,71	391.966,35				6.710.602,06
1.2.4.05.0003	Veículos (Saldo Inicial)	6.070.322,98					6.070.322,98
1.2.4.05.0004	Bens de Terceiros (Saldo Inicial)	9.670.000,00					9.670.000,00
1.2.4.05.0005	(-) Bens de Terceiros (Saldo Inicial)	-9.670.000,00					-9.670.000,00
1.2.4.05.0006	Sistema de Comunicação	3.811,00					3.811,00
TOTAIS		12.851.623,78	402.776,35	0,00	0,00	0,00	13.254.400,13

INTANGÍVEL

	Conta	Custo de aquisição	01/01/2025	Aquisições	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2025
1.2.5.01.00001	Software		15.000,00					15.000,00

DEPRECIAÇÕES

	Conta	Depreciação Acumulada	01/01/2025	Aquisições	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2025
1.2.4.07.00002	(-) Depreciações de Móveis e Imóveis		286.739,83		36.889,93			323.629,76
1.2.4.07.00003	(-) Depreciações de Máquinas e Equipamentos		3.096.265,98		926.647,13			4.022.913,11
1.2.4.07.00004	(-) Depreciações de Veículos		3.673.591,56		1.198.364,52			4.871.956,08
1.2.4.07.00007	(-) Depreciações Área Fábrica de Tubos		80.124,32					80.124,32
1.2.4.07.00008	(-) Depreciações Fazenda Vau Pomba		156.279,78					156.279,78
1.2.4.07.00009	(-) Depreciações Aterro Sanitário I		22.188,47					22.188,47
1.2.4.07.00010	(-) Depreciações Fábrica de Tubos		134.837,47					134.837,47
1.2.4.07.00011	(-) Depreciações Sede Slua		74.084,03					74.084,03
1.2.4.07.00012	(-) Depreciações Bloco de Divisões da Slua		40.436,41					40.436,41
1.2.4.07.00013	(-) Depreciações Obras Cíveis		853.861,31					853.861,31
1.2.4.07.00014	(-) Depreciações de Sistema de Comunicação		3.811,00					3.811,00
1.2.4.07.00015	(-) Depreciações Benfeitorias em Propriedades de Terceiros		3.204.863,12		1.068.287,16			4.273.150,28
1.2.6.02.00001	(-) Depreciações Software		6.358,33		3.000,00			9.358,33

TOTAL DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		11.633.441,61	0,00	3.233.188,74	0,00	0,00	0,00	14.866.630,35
TOTAL INTANGÍVEL		15.000,00						15.000,00
TOTAL BENS PERMANENTES		27.161.042,37	0,00	402.776,35	3.233.188,74	0,00	0,00	24.330.629,98

5.7.1 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS TANGIVEIS E INTANGIVEIS. O valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis é revisado, no mínimo, ao final de cada exercício, com o objetivo de identificar a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável, conforme disposto na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando identificada qualquer indicação de desvalorização, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar eventual perda por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos, obrigatoriamente, ao teste de recuperabilidade, no mínimo, uma vez ao ano, ou sempre que houver indícios de perda. O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Na determinação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente, utilizando-se taxa de desconto que reflita as condições atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo, na medida em que tais riscos não tenham sido considerados nas projeções de fluxos de caixa. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do período, ajustando-se o valor contábil ao respectivo valor recuperável. A reversão de perdas por impairment, quando aplicável, é reconhecida no resultado, limitada ao valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. Para o exercício de 2025, a Companhia não realizou teste formal de recuperabilidade de seus ativos. **5.8 ATIVOS INTANGIVEIS.** Compõem esta conta um sistema operacional adquirido pela Companhia. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

	2025	2024
Marcas, direitos e patentes - software	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

6. FORNECEDORES. As contas a pagar de fornecedores são obrigações adquiridas pelo consumo de bens ou serviços pela Companhia com prazo de pagamento inferior a 12 meses, sendo classificadas no passivo circulante.

	2025	2024
Fornecedores de bens e serviços	R\$ 51.409.380,45	R\$ 65.358.409,15
	R\$ 51.409.380,45	R\$ 65.358.409,15

6.1 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS – passivo circulante. São contas relacionadas aos tributos a pagar decorrentes da prestação de serviços da Companhia e retenções tributos de terceiros em cumprimento da legislação vigente, como também o pagamento dos parcelamentos realizados junto aos órgãos fazendários com vencimento no exercício corrente, estão classificadas no passivo circulante e não circulante.

	2025	2024
Imposto de Renda a Recolher	R\$ 3.047.709,39	R\$ 3.047.709,39
Contribuição Social a Recolher	R\$ 813.451,01	R\$ 813.463,36
IRRF a recolher (561)	R\$ 12.934,70	R\$ 31.380.265,31
IRRF a recolher (3208/1708)	R\$ 208.079,42	R\$ -
PIS a Recolher	R\$ 5.498.702,44	R\$ 2.269.061,90
COFINS a Recolher	R\$ 31.040.377,25	R\$ 16.163.183,89
ISS Retido a Recolher	R\$ 33.891,74	R\$ 1.959.928,98
Impostos e taxas Estaduais/Municipais	R\$ 4.990,09	R\$ 1.112,74
Parcelamento ISSQN	-R\$ 25.885,50	R\$ 532.896,33
Tributos federais - diversos	R\$ 2.276,05	R\$ -
INSS retido a recolher	R\$ 2.184.242,06	R\$ -
Contribuições Federais Retidas	R\$ 2.534.061,97	R\$ 3.299.150,91
	R\$ 45.354.830,62	R\$ 59.466.772,81

6.2 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – passivo circulante. São consideradas Obrigações Trabalhistas e previdenciárias, os salários e demais proventos, os encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência e estão classificados no passivo circulante e não circulante.

	2025	2024
Obrigações com pessoal	R\$ 4.418.500,22	R\$ 23.478.336,65
Obrigações sociais	R\$114.819.825,88	R\$ 90.686.505,56
	R\$ 119.238.326,10	R\$ 114.164.842,21

6.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2025	2024
Adiantamento de clientes (a)	R\$ 150.322,06	R\$ 35.241.928,84
Contas a pagar (indenização de terceiros (b))	R\$ 496.240,13	R\$ 210.234,16
Outras obrigações (obrigações decorrentes (c))	R\$ 13.377.997,45	R\$ 30.445.708,59
Aluguéis a pagar (d)	R\$ 950.699,26	R\$ 807.829,34
Empréstimos consignados (e)	R\$ 66.468.604,56	R\$ 67.160.238,26
Partes Relacionadas (f)	R\$ 158.000.000,00	R\$ 0,00
	R\$ 239.443.863,46	R\$ 133.865.939,19

(a) A maior parte desses destes débitos refere-se a pagamentos realizados pelas Secretarias da Adm. Direta, porém, tais débitos carece de uma análise mais criteriosa junto aos departamentos envolvidos para verificarmos tal veracidade, o que será realizado no exercício seguinte.

(b) Contas a pagar (indenizações de terceiros) - faz parte desta conta também as indenizações de terceiros que são os danos causados nos automóveis de terceiros decorrentes das podas de gramas dos espaços públicos.

(c) Outras Obrigações – referem-se a passivos decorrentes de litígios judiciais. A maior parte destes processos está relacionada a demandas trabalhistas, contemplando requisições de pequeno valor (RPV), precatórios e provisões para execução trabalhista, registradas em conformidade com a avaliação de risco e os critérios de reconhecimento previstos nas normas contábeis vigentes.

(d) Aluguéis dos imóveis – arrendamento de imóveis que fazemos uso para descentralizarmos os trabalhos operacionais da Companhia através dos pontos de apoio dos trabalhadores.

(e) Empréstimos consignados - são obrigações que a Companhia possui com os bancos que concede empréstimos aos empregados para desconto em folha de pagamento. A Diretoria Executiva da Cia, vem realizando ações para reduzir esses passivos processuais e, buscando negociar com os credores para a quitação delas.

(f) Partes Relacionadas – Durante o exercício de 2025, o Município de Goiânia, na condição de sócio majoritário da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, realizou operação de mútuo em favor da referida companhia, no montante de **R\$ 158.000.000,00**

****Continuação Balanço Patrimonial Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG – CNPJ: 00.418.160/0001-55 (cento e cinquenta e oito milhões de reais)**, com a finalidade de prestar socorro financeiro à empresa e assegurar sua continuidade operacional. O aporte teve caráter estratégico e se insere no contexto do Plano de Reestruturação e Recuperação Financeira da COMURG, revelando-se fundamental para consolidar as medidas de saneamento já em curso e garantir a manutenção da capacidade operacional da companhia, de modo a preservar a regularidade e a continuidade dos serviços urbanos essenciais prestados à população goianiense. A operação foi registrada contabilmente como passivo da COMURG, correspondente a obrigação, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.4 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS – AVALIADAS COMO PROVÁVEIS. a. Passivos contingentes provisionados

	2025	2024
Provisões para contingências cíveis	R\$ 43.141.724,88	R\$ 25.862.767,66
Provisões para contingências trabalhistas	R\$ 479.184.235,14	R\$ 813.724.890,07
Provisões para contingências tributárias	R\$ 834.151,40	R\$ -
	R\$ 523.160.111,42	R\$ 839.587.657,73

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. As provisões para contingências são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo constituídas quando: (i) há obrigação presente decorrente de eventos passados; (ii) é provável a saída de recursos para liquidação da obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com confiabilidade, com base na avaliação de seus assessores jurídicos. No exercício de 2024, a Companhia constituiu provisões no montante total de **R\$ 839.587.657,73** (oitocentos e trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos). Ressalta-se que, no exercício de 2024, foram reconhecidas provisões relativas a exercícios anteriores no mês de janeiro, bem como as provisões do exercício corrente no mês de dezembro, em consonância com as informações disponibilizadas pela assessoria jurídica da Companhia. No exercício de 2025, por meio do Processo SEI nº 26.30.000005751-8, a Companhia procedeu à revisão e atualização das provisões classificadas como perdas prováveis, com o objetivo de ajustá-las ao valor mais realista possível, considerando a evolução dos processos judiciais e as estimativas atualizadas fornecidas pelos assessores jurídicos. **b. Passivos contingentes não provisionados.** Adicionalmente, a Companhia é parte em processos judiciais cuja probabilidade de perda foi classificada como possível. Para esses casos, em conformidade com a norma aplicável, não foram constituídas provisões, sendo tais contingências apenas divulgadas em notas explicativas.

6.5 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	2025	2024
Multas em Dívida Ativa(a)	R\$ 5.699.699,22	R\$ 1.016.303,63
Contribuições a Terceiros(a)	R\$ 77.123.564,60	R\$ 98.192.372,68
Multa CLT a Recolher(a)	R\$ 5.903.101,49	R\$ 4.454.982,94
PIS a Recolher ^(a)	R\$ 305.302.797,01	R\$ 252.003.136,07
COFINS a Recolher ^(a)	R\$ 1.057.851.133,07	R\$ 976.805.554,99
Imposto de Renda a Recolher ^(a)	R\$ 40.585.317,18	R\$ 40.563.775,79
CSLL a Recolher ^(a)	R\$ 17.462.291,74	R\$ 17.023.477,98
Contribuições Previdenciárias(a)	R\$ 211.352.045,23	R\$ 133.463.572,55
IRPJ a Recolher(a)	R\$ 46.317.596,41	R\$ 44.525.723,76
ISS a Recolher	R\$ 1.259.588,57	R\$ 2.492.615,59
CSRF Recolher(a)	R\$ 3.407.116,54	R\$ 3.079.146,17
	R\$ 1.772.264.251,06	R\$ 1.573.620.662,15

(a) O Monitoramento das Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Previdenciárias.Com a realização de consultas mensais ao portal e-CAC da Receita Federal do Brasil (RFB), com a emissão dos extratos da situação fiscal. Essas consultas possibilitaram a identificação tempestiva de pendências e inconsistências, permitindo a adoção de medidas corretivas, incluindo ajustes, reclassificações e reconhecimento de débitos, quando aplicável. Esse acompanhamento contínuo abrangeu as movimentações relacionadas às obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, reforçando os controles internos e a conformidade com a legislação vigente.

6.6 OBRIGAÇÕES SOCIAIS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	2025	2024
Obrigações sociais – Dívida Ativa ^(*)	R\$ 204.883.234,38	R\$ 201.102.975,12
	R\$ 204.883.234,38	R\$ 201.102.975,12

(*) Trata-se de obrigações de exercícios anteriores provenientes de Tributos Federais relativos a folha de pagamento da Companhia, que consta na Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional – PGFN, sendo seus valores atualizados mensalmente.

6.7 CAPITAL SOCIAL

Capital autorizado	R\$ 50.000.000,00
Acionistas	Capital integralizado
Prefeitura de Goiânia	R\$ 28.369.012,30
Ipasgo	R\$ 803.923,00
Saneago	R\$ 599.451,00
	R\$ 29.772.386,30

DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES			
Acionistas	%	Quant. Ações	Valor R\$
Prefeitura de Goiânia	95,29	28.369.012,30	R\$ 28.369.012,30
Ipasgo	2,01	599.451	R\$ 599.451,00
Saneago	2,70	803.923	R\$ 803.923,00
	100	29.772.386,30	R\$ 29.772.386,30

O Capital Social da companhia em 31 de dezembro de 2025 está integralizado no valor de **R\$ 29.772.376,30** (Vinte e nove milhões setecentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais e trinta centavos) é representado por 29.772.376,30 ações ordinárias, de R\$ 1,00 (Um real) cada. A Companhia detém Capital Autorizado de **R\$ 50.000.000,00** (Cinquenta Milhões de Reais).

6.8 RESERVAS DE LUCROS

Reservas de lucros	2025	2024
Reservas de capital	0,60	0,60
Reservas de reavaliação	0,88	0,88
Reservas de lucros	1,04	1,04
	2,52	2,52

Considerando que a Companhia vem tendo uma série repetidos prejuízos, esta conta não teve movimentação neste exercício.

6.9 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou trabalho abrangente de conciliação dos saldos contábeis, com o objetivo de verificar a consistência e a fidedignidade das informações registradas nas demonstrações financeiras. No decorrer desse processo, foram identificadas inconsistências em registros contábeis de exercícios anteriores, as quais demandaram ajustes para melhor refletir a posição patrimonial, econômica e financeira da Companhia. Em atendimento ao disposto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os efeitos decorrentes da correção desses erros foram reconhecidos como **ajustes de exercícios anteriores**, sendo registrados diretamente no patrimônio líquido. A Administração destaca que tais ajustes foram necessários para assegurar que as demonstrações contábeis representem, de forma adequada e fidedigna, a real situação patrimonial da Companhia, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia dará continuidade aos trabalhos de conciliação contábil de forma permanente, como medida de controle interno e aprimoramento da qualidade das informações contábeis. Reforça-se, ainda, o compromisso da Administração com a melhoria contínua dos processos internos, incluindo a submissão das demonstrações contábeis à auditoria independente, com vistas a garantir maior confiabilidade, transparência e aderência às normas contábeis vigentes. **6.10 AJUSTES À VALOR PRESENTE - MENSURAÇÃO.** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

7 RECEITAS. 7.1 RECEITAS DE SERVIÇOS. As receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços com limpeza, jardinagem, coleta de lixo, construção e manutenção de praças de Goiânia. Enquanto as receitas próprias provêm dos serviços prestados a terceiros no Aterro Sanitário. Todas as receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços.

	2025	2024
Serviços prestados ao Poder Público Municipal	R\$ 299.815.839,27	R\$ 561.061.196,69
Serviços prestados a terceiros - Aterro sanitário	R\$ 3.798.444,92	R\$ 3.016.440,14
	R\$ 349.169.090,63	R\$ 564.077.636,83

7.2 DEDUÇÕES DAS RECEITAS. Os valores registrados referem-se aos tributos incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços, especificamente: • PIS (Programa de Integração Social), com alíquota de 1,65%; e • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), com alíquota de 7,60%. Ambos os tributos são apurados no regime não cumulativo, conforme previsto na legislação vigente, e incidem diretamente sobre a receita bruta auferida pela entidade.

	2025	2024
Pis	R\$ 5.766.756,76	R\$ 42.869.813,13
Cofins	R\$ 26.564.334,41	R\$ 9.307.259,03
	R\$ 32.331.091,17	R\$ 52.177.072,16

7.3 CUSTOS. Refere-se aos desembolsos incorridos pela Companhia relacionados à execução operacional dos serviços prestados. Compreendem, principalmente, os gastos com mão de obra diretamente envolvida na prestação dos serviços, bem como os insumos utilizados e os custos de utilização de maquinários empregados no processo. Tais custos estão diretamente vinculados à entrega dos serviços contratados, sendo classificados como custos diretos operacionais, conforme os princípios contábeis aplicáveis.

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	R\$ 0,00	R\$ 326.135,47
Materiais elétricos	R\$ 6.620,40	R\$ 183.409,47
Materiais em geral	R\$ 3.790.410,62	R\$ 9.988.264,52
Materiais para veículos	R\$ 187,50	R\$ 12.265.022,98
Depreciação de máquinas/veículos	R\$ 1.079.530,37	R\$ 3.175.435,18
Bonificação	R\$ 0,00	R\$ 50.831,60
Combustíveis e lubrificantes	R\$ 8.174.336,18	R\$ 23.587.409,07
Manutenção de veículos	R\$ 0,00	R\$ 1.815.584,82
Locação de veículos	R\$ 4.818.884,31	R\$ 17.935.540,50
Locação de mão de obra	R\$ 9.551.131,10	R\$ 37.635.449,88

Energia elétrica/Água e esgoto	R\$ 759.180,06	R\$ 589.898,15
Locação de máquinas e equipamentos	R\$ 7.586.427,48	R\$ 15.914.212,15
(-) crédito de pis sobre insumos	-R\$ 568.920,68	-R\$ 2.702.923,21
(-) crédito de COFINS sobre insumos	-R\$ 2.620.483,11	-R\$ 12.449.858,85
Mão de obra operacional utilizada	R\$ 321.454.183,99	R\$ 407.609.719,01
	R\$ 354.031.488,22	R\$ 515.924.130,74

7.4 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas Administrativas	R\$ 80.281.065,49	R\$ 153.354.379,41
Despesas Impostos e Taxas	R\$ 37.095,55	R\$ 7.698,57
Despesas com provisões p/ contingências Judiciais e cíveis	R\$ 120.210.763,87	R\$ 809.524.935,00
	200.528.924,91	962.887.012,98

As despesas administrativas compreendem, majoritariamente, os gastos com remuneração, férias e 13º salário do pessoal alocado nas áreas administrativas da Companhia. Incluem-se ainda neste grupo os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, com destaque para o INSS patronal. As despesas com provisões para contingências judiciais cíveis e trabalhistas referem-se a ações classificadas, com base em pareceres jurídicos, como perdas prováveis, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tais contingências são consideradas passíveis de impactar o resultado da Companhia. No que se refere à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia não efetuou registro contábil para cobertura de eventuais perdas com inadimplência, tendo em vista a necessidade de parecer jurídico que fundamente a constituição do referido ajuste, conforme exigido pela NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros. Destaca-se que, no decorrer do exercício de 2024, foi instaurado o processo GED nº 0001487/2024, por meio do qual foi formalmente solicitado o parecer jurídico necessário à constituição da provisão, o qual ainda não foi encaminhado à área contábil até a presente data.

7.5 Resultado Financeiro e Outras Receitas/Despesas não Operacionais. As outras receitas e despesas não operacionais compreendem eventos de natureza não recorrente ou eventual, tais como receitas provenientes de alienação de bens (ex.: leilão de materiais), ressarcimentos, cópias de documentos e ajustes contábeis que impactam o resultado da Companhia. As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e outras variações financeiras decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, sendo reconhecidas com base no método da taxa efetiva de juros, conforme aplicável. As variações monetárias, ativas ou passivas, decorrem de direitos e obrigações sujeitos à atualização por força contratual, legal ou judicial, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

Receitas Financeiras	2025	2024
Juros	R\$ 10.361,62	R\$ 4.998,78
Descontos financeiros obtidos	R\$ 0,00	R\$ 340.347,00
Atualização Monetária	R\$ 0,00	R\$ 113.469,28
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	R\$ 219.521,66	R\$ -
Reversão de provisões trabalhistas	R\$ 0,00	R\$ 2.632.999,67
Reversão de provisões cíveis	R\$ 0,00	R\$ 20.022.440,27
Leilão de lenha	R\$ 0,00	R\$ 96.341,83
Doações recebidas	R\$ 0,00	R\$ 24.290,00
Cópias de processos e documentos	R\$ 0,00	R\$ 117,10
Recuperação de despesas	R\$ 0,00	R\$ 89.131,28
	R\$ 229.883,28	R\$ 23.324.135,21

Despesas Financeiras	2025	2024
Juros Passivo		R\$ -
Provisão p/ perdas e ajustes de ativos		-R\$ 46.202
Variações Monetárias Passivas	-R\$ 1.402.448,10	-R\$ 84.513
Juros de Mora	-R\$ 4,54	-R\$ 806.811
Tarifas Bancárias	-R\$ 23.637,40	-R\$ 20.010
Multas e juros s/ tributos	-R\$ 1.780.202,48	-R\$ 56.370.531
Multas e juros s/ duplicatas	-R\$ 2.185.092,64	-R\$ 5.213.305
Reequilíbrio financeiro de fornecedores	R\$ -	-R\$ 168.036
Atualização encargos legais	-R\$ 159.873.653,80	-R\$ 131.610.459
Multas atraso declarações acessórias	-R\$ 52.082,07	R\$ -
Descontos Concedidos	-R\$ 62,00	R\$ -
IOF s/Aplicações Financeiras	-R\$ 3.936,43	R\$ -
	-R\$ 165.321.119,46	-R\$ 194.319.867

Outras Receitas/Despesas não Operacionais

Outras Receitas/Despesas não Operacionais	2025	2024
Lucro na Alienação de Veículos	R\$ -	R\$ 15.951,40
Baixa de Imobilizado	R\$ -	-R\$ 130.350,82
Amostra Grátis	R\$ 0,03	R\$ -
Leilão de Lenha	R\$ 482,40	R\$ -
Doações Recebidas	R\$ 6.800,00	R\$ -
Cópia de processos	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de prestação de serviços	R\$ 250.169,12	R\$ -
Recuperação de despesas	R\$ 178.262,60	R\$ -
	R\$ 435.714,15	-R\$ 114.399

	2025	2024
Despesa de equivalência patrimonial	R\$ 428.292,67	R\$ -
Receita de equivalência patrimonial	R\$ -	R\$ 20.297.000,00
	R\$ 428.292,67	R\$ 22.959.000,00

	2025	2024
Reversão de Provisões*	R\$ 417.769.084,84	R\$ -
	R\$ 417.769.084,84	R\$ -

No exercício de 2025, a Companhia promoveu a revisão periódica das provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina que as provisões sejam reavaliadas ao final de cada exercício social e ajustadas para refletir a melhor estimativa da obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Como parte do processo de aprimoramento dos controles internos e da qualidade das informações contábeis, foi implementada uma nova metodologia de trabalho integrada entre a Assessoria Jurídica e a Coordenação Contábil da Companhia. A partir dessa sistemática, passou-se a realizar o registro mensal dos processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável, utilizando informações mais tempestivas e aderentes à efetiva situação processual de cada demanda. Ao término do exercício de 2025, após nova avaliação dos processos judiciais e reanálise dos riscos envolvidos, verificou-se que parte das provisões anteriormente constituídas apresentava valor superior à melhor estimativa de desembolso futuro esperado. Em decorrência dessa reavaliação, foi efetuada a reversão parcial das provisões constituídas, gerando uma recuperação de despesas no montante de R\$ 417.769.084,84 (quatrocentos e dezessete milhões, setecentos e sessenta e nove mil, oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), reconhecida no resultado do exercício de 2025. A Administração esclarece que a referida reversão não decorre da extinção das demandas judiciais, mas sim da atualização das estimativas de perda e dos valores envolvidos nos litígios, refletindo informações mais atuais fornecidas pela Assessoria Jurídica e observando os princípios da prudência, competência e fidedignidade das demonstrações contábeis. A Companhia informa, ainda, que os trabalhos conjuntos entre as áreas Jurídica e Contábil terão continuidade nos exercícios subsequentes, com o objetivo de aperfeiçoar continuamente os critérios de mensuração das contingências judiciais, assegurando que os saldos provisionados reflitam, de forma cada vez mais adequada, a melhor estimativa das obrigações existentes na data-base das demonstrações financeiras.

8. FATORES DE GESTÃO DE RISCO. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como riscos de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia concentra-se na mitigação dos efeitos da imprevisibilidade dos mercados financeiros, buscando minimizar potenciais impactos adversos sobre seu desempenho econômico-financeiro. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação e não utilizou tais instrumentos em nenhum dos períodos apresentados. Também não possui contratos de derivativos para fins de "hedge" contra esses riscos. No entanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, avaliando a eventual necessidade de substituição ou reestruturação de suas dívidas. Adicionalmente, no exercício social não foram celebrados contratos em moedas estrangeiras. **8.1 Gestão de capital.** A gestão de capital da Companhia tem como objetivo assegurar a continuidade operacional de suas atividades, garantindo a adequada prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade, bem como a manutenção de uma estrutura de capital compatível com suas operações. Nesse contexto, a Administração monitora continuamente seus níveis de endividamento e liquidez, buscando equilíbrio entre recursos próprios e de terceiros, de forma a suportar suas obrigações e compromissos financeiros. **8.2 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA.** O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Ressaltam ainda que a Gestão da Diretoria Administrativa Financeira sob o comando do Sr. André Henrique Avelar de Sousa iniciou-se em 27 de janeiro de 2025 e findou-se em 14 de abril de 2026, conforme Atas do Conselho de Administração da Companhia. **8.3 EVENTOS SUBSEQUENTES.** Conforme previsto na NBC TG 24 – Evento Subsequente, a Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis que possam requerer divulgação ou ajuste. Nesse contexto, destaca-se que, no exercício de 2025, a Companhia protocolizou junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN proposta de transação tributária individual, por meio do: • Requerimento nº 20250263607. • Interessado: Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG. • CNPJ: 00.418.160/0001-55. • Assunto: TI – Transação Individual. A proposta refere-se à negociação e parcelamento dos débitos federais e obrigações relacionadas ao FGTS inscritos em dívida ativa da União, cujo montante consolidado, à época da negociação, totalizava aproximadamente **R\$ 1.998.207.926,29** (um bilhão, novecentos e noventa e oito milhões, duzentos e sete mil, novecentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos). Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, descontos e deduções previstos na Portaria PGFN nº 6.757/2022, o valor consolidado passível de parcelamento foi reduzido para aproximadamente **R\$ 299.745.213,47** (duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e treze reais e sete centavos). A Administração entende que a referida transação tributária representa medida de elevada relevância para a reestruturação financeira da Companhia, considerando o significativo impacto econômico decorrente da redução dos passivos tributários negociados e da viabilização de condições mais adequadas de pagamento. Ressalta-se, que a mencionada transação encontram-se em fase final de formalização junto à PGFN na data de encerramento destas demonstrações contábeis, sendo sua conclusão definitiva prevista para o exercício de 2026. Goiânia-GO, 16 de abril de 2026.

RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL

PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CONFORME LEI 13.818/2019

VERIFICAÇÃO
ACESSE: VERIFICADOR.JT.LGOV.BR

**Continuação do Balanço Patrimonial Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG – CNPJ: 00.418.160/0001-55		
CLEBER APARECIDO SANTOS Diretor Presidente	ANDRE HENRIQUE AVELAR DE SOUSA Diretor Administrativo/Financeiro	ELIENE BATISTA DOS SANTOS Contadora
PARECER AUDITORIA COMURG 2025 POS ALTERAÇÃO ADMINISTRAÇÃO		
Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da Companhia Urbanização de Goiânia – COMURG CNPJ Nº 00.418.160/0001-55. Opinião com Ressalvas. Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia Urbanização de Goiânia – COMURG, que compreendem as Demonstrações Contábeis relativo ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo – “Base para opinião com ressalva” - as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia Urbanização de Goiânia – COMURG no exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para Opinião com Ressalva. (i) Ativo Imobilizado - Conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, a Companhia mantém saldo relevante registrado no grupo do Ativo Imobilizado, sem que tenha sido realizado, até o encerramento do exercício de 2025, teste formal de recuperabilidade dos ativos (“Impairment”), conforme requerido pela NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. No curso dos procedimentos de auditoria realizados, verificamos ainda: ausência de revisão periódica das vidas úteis econômicas dos bens; inexistência de definição formal de valor residual para parcela relevante dos ativos; insuficiência de estudos técnicos de recuperabilidade; ausência de documentação suporte para validação das premissas de mensuração patrimonial; e fragilidades nos controles patrimoniais relacionados à depreciação e avaliação econômica dos bens. Adicionalmente, observamos que parcela significativa dos ativos imobilizados é originária de exercícios anteriores a 2024, sem evidências de revisão técnica integral das taxas de depreciação, da vida útil remanescente ou da efetiva capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. Em decorrência dessas limitações, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada que permitisse concluir sobre: a adequação do valor líquido contábil dos ativos imobilizados; a necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização; a adequação das despesas de depreciação reconhecidas no resultado; e a correta mensuração patrimonial dos bens registrados pela Companhia. Tais circunstâncias caracterizam descumprimento aos critérios de reconhecimento, mensuração e evidência previstos na NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, podendo produzir distorções relevantes no ativo não circulante, no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia. PARÁGRAFO DE ÊNFASE. (i) Patrimônio Líquido negativo - Chamamos a atenção para o valor do Patrimônio Líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 2.687.848.495 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) decorrente de prejuízos acumulados relevantes. Essa condição indica a existência de incerteza significativa quanto à continuidade operacional da entidade, cuja manutenção depende de aportes financeiros do ente controlador e da implementação de medidas de reequilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. (ii) Depósitos Judiciais e Penhoras de Ativos (R\$ 46.989.205,01) – Conforme descrito nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrado, em 31 de dezembro de 2025, no grupo “Depósitos Judiciais”, o montante de R\$ 46.989.205,01, integralmente vinculado a constrições judiciais e penhoras incidentes sobre processos judiciais de exercícios anteriores a 2024, destacando-se: Processo nº 2039-78.1995.4.01.3500, no valor de R\$ 45.670.859,40; e Processo nº 1012159-76.2022.4.01.3500/FGTS, no valor de R\$ 1.318.345,61. Os referidos valores encontram-se indisponíveis para livre movimentação e sujeitos à eventual conversão em pagamento judicial definitivo, circunstância que limita sua realização econômica e compromete substancialmente a liquidez imediata da Companhia. Adicionalmente, verificamos que parcela relevante dos depósitos judiciais, incluindo valores vinculados à denominada “ação dos arquitetos”, no montante de R\$ 10.902.602,63, bem como R\$ 484.433,14 registrados em contas vinculadas, permanece sub judice, igualmente sujeita a bloqueios e possíveis conversões judiciais definitivas, caracterizando ativos de realização incerta e limitada disponibilidade financeira. Observamos ainda que tais saldos decorrem substancialmente de contingências, execuções judiciais e constrições acumuladas em exercícios anteriores, sem que houvesse regularização financeira, liquidação ou revisão substancial das exposições judiciais até o encerramento do exercício de 2025. A existência de penhoras incidentes sobre bens e ativos operacionais da Companhia restringe a utilização de recursos financeiros, compromete a capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo e amplia os riscos relacionados à continuidade operacional da entidade. Em decorrência da materialidade dos valores envolvidos, das restrições de liquidez identificadas e das limitações relacionadas à realização econômica dos ativos vinculados judicialmente, entendemos que tais circunstâncias representam incerteza relevante quanto à continuidade operacional da Companhia, nos termos da NBC TA 570 (R1), podendo produzir impactos relevantes sobre sua posição patrimonial e financeira. (iii) Obrigações Tributárias de Longo Prazo - Conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante saldo no montante de R\$ 1.774.739.352,26 a título de Obrigações Tributárias de Longo Prazo, substancialmente composto por débitos fiscais, inscrições em dívida ativa, parcelamentos tributários e encargos legais originados em exercícios anteriores a 2024. Observamos ainda que parcela significativa desses passivos decorre de obrigações fiscais acumuladas em exercícios anteriores, sem evidências de revisão técnica integral, saneamento contábil ou conciliação conclusiva junto aos órgãos fazendários competentes até o encerramento do exercício de 2025. (iv) Considerando a relevância e materialidade dos valores envolvidos, tais circunstâncias representam risco de distorção material no passivo não circulante da Companhia e podem produzir impactos significativos sobre sua posição patrimonial e financeira, liquidez, solvência e continuidade operacional, em desacordo com os critérios de reconhecimento, mensuração e evidência previstos no Código Tributário Nacional – CTN, NBC TG 26 (R5), NBC TG 32 e Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. (v) Fornecedores - Conforme descrito nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrado saldo relevante na rubrica “Fornecedores”, no passivo circulante, referente substancialmente a obrigações originadas em exercícios anteriores a 2024, incluindo valores relacionados a fornecedores operacionais, prestadores de serviços, contratos administrativos e obrigações vinculadas a demandas judiciais. No curso dos procedimentos de auditoria realizados em 31 de dezembro de 2025, identificamos fragilidades relevantes relacionadas: à ausência de conciliações analíticas por credor; à existência de saldos inertes sem movimentação relevante há mais de um exercício; à insuficiência de documentação suporte; e à possibilidade de duplicidade entre obrigações registradas contabilmente e valores já vinculados a execuções judiciais e acordos processuais. Adicionalmente, não foram apresentados à auditoria contratos, notas fiscais, comprovantes de recebimento de bens e serviços, relatórios de liquidação ou documentação comprobatória suficiente e apropriada que permitisse validar integralmente: a origem das obrigações registradas; a efetiva exigibilidade dos passivos; a adequação da classificação contábil; e a exatidão dos saldos mantidos no passivo circulante. Observamos ainda que parcela significativa dessas obrigações decorre de saldos históricos acumulados em exercícios anteriores, sem evidências de revisão técnica integral, saneamento contábil ou regularização documental até o encerramento do exercício de 2025. Em decorrência dessas limitações, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre a adequação, composição e mensuração integral do grupo “Fornecedores”, conforme requerido pela NBC TA 500 – Evidência de Auditoria. Tais circunstâncias evidenciam deficiência relevante de controle interno, nos termos da NBC TA 265, comprometendo a rastreabilidade, a confiabilidade e a representação fidedigna do passivo apresentado nas Demonstrações Contábeis. OUTROS ASSUNTOS – RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO AÇIONISTA CONTROLADOR (R\$ 158.000.000,00). Posteriormente à emissão de nosso relatório, a Administração da Companhia promoveu a reanálise das notas explicativas e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, deliberando pela reclassificação dos recursos de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais) recebidos do Município de Goiânia – acionista controlador detentor de 95,29% do capital integralizado –, originalmente reconhecidos como subvenção governamental em Outras Receitas não Operacionais e ora registrados como operação de mútuo no passivo, com a finalidade declarada de futura conversão em aporte de capital. A retificação produz os seguintes efeitos, de igual montante, sobre as demonstrações originalmente apresentadas: redução do resultado do exercício de R\$ 172.952.856,47 para R\$ 14.952.856,47; elevação dos prejuízos acumulados de R\$ 2.717.620.883,00 para R\$ 2.875.620.883,00; e ampliação do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.687.848.494,56 para R\$ 2.845.848.494,56. O resultado remanescente de R\$ 14.952.856,47 decorre integralmente da reversão de provisões para contingências de R\$ 417.769.084,84, permanecendo a Companhia com lucro bruto negativo de R\$ 37.203.488,76 e resultado financeiro negativo de R\$ 165.091.236,18, o que confirma a inexistência de capacidade de autofinanciamento operacional. A matéria configura retificação de erro relativo a fato existente na database, submetida ao tratamento retrospectivo previsto nos itens 41 a 49 da NBC TG 23 – Políticas		
Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro , e observa o item 7 da NBC TG 07 (R1) — Subvenção e Assistência Governamentais , que condiciona o reconhecimento da subvenção à razoável segurança quanto ao cumprimento das condições estabelecidas, requisito inconciliável com recurso de natureza reembolsável. A operação constitui transação com parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação do item 18 da NBC TG 05 , devendo sua classificação observar os critérios de segregação temporal do item 69 da NBC TG 26 (R5) e a eventual conversão em capital depender de deliberação societária regular, nos termos dos arts. 166, IV, e 170 da Lei nº 6.404/1976 . A distorção foi identificada e integralmente corrigida pela Administração antes da reemissão deste relatório, razão pela qual, nos termos do item 9 da NBC TA 450 — Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria , não enseja modificação adicional em nossa opinião, mantida a ressalva única fundamentada na ausência de teste formal de recuperabilidade dos ativos. O assunto foi tratado em conformidade com os itens 10 a 13 da NBC TA 560 — Eventos Subsequentes , tendo esta auditoria ampliado os procedimentos até a data do presente relatório. A ampliação do patrimônio líquido negativo reforça a incerteza relevante quanto à continuidade operacional comunicada no Parágrafo de Ênfase (i), cujo montante passa a ser de R\$ 2.845.848.494,56. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis. A administração da Companhia Urbanização de Goiânia – COMURG é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis. Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis. Nosso objetivo é o de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Pontuamos que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Brasília – DF, 06 de maio de 2026		
Fábio Braga CRC: 013977/DF	Reinaldo Santos Oliveira Júnior CRC: 006350/SE	
METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.	METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.	
CNPJ: 43.384.179/0001-30	CNPJ: 43.384.179/0001-30	
CNAI-PJ: 000287	CNAI-PJ: 000287	
CRC: 003374	CRC: 003374	
CVM: 013277	CVM: 013277	
PARECER DO CONSELHO FISCAL (RETIFICATIVO E SUBSTITUTIVO) Prestação de Contas do Exercício Social de 2025		
O Conselho Fiscal da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, no exercício das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 6.404/1976, pela Lei Federal nº 13.303/2016 e pelo Estatuto Social da Companhia, procedeu ao reexame das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em razão da retificação promovida pela Administração. Foram examinados: • as Demonstrações Contábeis retificadas; • as Notas Explicativas retificadas; • o Relatório da Administração; • o Relatório da Auditoria Independente reemitido após a retificação; • e os esclarecimentos apresentados pela Administração acerca da reclassificação contábil dos recursos recebidos do Município de Goiânia. I – DA RETIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Conforme informado pela Administração, foi promovida a reclassificação do montante de R\$ 158.000.000,00, originalmente registrado como receita decorrente de subvenção governamental, passando referido valor a ser reconhecido contabilmente como obrigação no passivo, em decorrência de sua natureza de operação de mútuo com o acionista controlador, refletindo adequadamente a essência econômica da transação. Em consequência, foram representadas as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, com reflexos no resultado do exercício, nos prejuízos acumulados, no patrimônio líquido e na estrutura patrimonial da Companhia. II – DA AUDITORIA INDEPENDENTE. A Auditoria Independente reavaliou as demonstrações reapresentadas e emitiu novo Relatório de Auditoria, mantendo opinião com ressalvas, consignando que a retificação promovida pela Administração foi devidamente refletida nas demonstrações contábeis e que a alteração não implicou modificação adicional da opinião anteriormente emitida, permanecendo a ressalva restrita à ausência de teste formal de recuperabilidade do ativo imobilizado. III – DA MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL. Após o exame da documentação apresentada, este Conselho Fiscal entende que: • a retificação promovida pela Administração foi adequadamente refletida nas Demonstrações Contábeis reapresentadas; • a reapresentação foi submetida à apreciação da Auditoria Independente, que reemitiu seu relatório mantendo opinião com ressalvas; • as alterações promovidas conferem compatibilidade entre as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e as informações que serão encaminhadas aos órgãos de controle e fiscalização. IV – PARECER. Diante do exposto, o Conselho Fiscal manifesta-se FAVORAVELMENTE à retificação das Demonstrações Contábeis e da Prestação de Contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando: 1. a submissão das Demonstrações Contábeis retificadas à apreciação do Conselho de Administração; 2. a substituição da Prestação de Contas anteriormente encaminhada ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM-GO pelas peças contábeis retificadas; 3. a compatibilização das informações contábeis perante a Receita Federal do Brasil e os demais órgãos competentes, observados os procedimentos legais aplicáveis. Este parecer substitui, exclusivamente para fins da reapresentação das Demonstrações Contábeis retificadas do exercício de 2025, o parecer anteriormente emitido por este Conselho Fiscal. Goiânia/GO, 14 de agosto de 2026.		
CONSELHO FISCAL DA COMURG:		
VILMAR DIVINO DA SILVA Conselheiro Fiscal	VINÍCIUS DE CECÍLIO LUIZ Conselheiro Fiscal	

152358

Gazeta

PODER

DISPONÍVEL NO YOUTUBE

/GAZETAPODER

PARA QUEM
QUER ENTENDER
ALÉM DAS
MANCHETES

COM MANOEL
L. BEZERRA ROCHA

ASSISTA,
COMPARTILHE
E PARTICIPE
DO DEBATE



CORA FERNANDES
corafrnd@gmail.com

“
EM TODA
A MINHA
VIDA, EU
ESTIVE TÃO
ENTEDIADO.”

CINEMA

QUE ISSO, UM FILME?

A REGRA DE JENNY PEN
Confinado em uma casa de repouso isolada e preso dentro de seu corpo atingido por um derrame, um ex-juiz deve deter um psicopata idoso que emprega um fantoche infantil para se aproveitar dos moradores da casa com consequências mortais.

CORA INDICA
A Regra de Jenny Pen encontra seu maior acerto ao transformar a velhice em fonte de tensão sem reduzir seus personagens a caricaturas. James Ashcroft constrói um horror incômodo sobre perda de autonomia, vulnerabilidade e abandono, sustentado pelo excelente duelo entre Geoffrey Rush e John Lithgow. Enquanto Rush dá peso e humanidade a um homem obrigado

a encarar a própria fragilidade, Lithgow assume uma presença perturbadora e imprevisível, reforçada pela inquietante Jenny Pen. O resultado é um thriller sombrio, estranho e surpreendentemente sensível, que assusta tanto pelo que mostra quanto pela realidade que reconhece.

FICHA TÉCNICA
Título: A Regra de Jenny Pen
Ano de produção: 2025
Direção: James Ashcroft
Estreia: 20 de março de 2025
Duração: 104 minutos
Classificação: 16 anos
Gêneros: Mistério, Terror, Thriller
País de origem: Nova Zelândia



CULINÁRIA

MORANGO CRAVEJADO

INGREDIENTES
1 caixa de leite condensado (395 gramas)
1/2 caixa de de creme de leite (100 gramas)
1 xícara de chá de chocolate branco nobre (100 gramas)
1 colher de sobremesa de manteiga (20 gramas)
1 xícara de chá de açúcar cristal (250 gramas)
1/2 xícara de chá de água (100 ml)
1 colher de sopa de vinagre de álcool (15 ml)
2 colheres de sopa de corante em gel vermelho
6 morangos grandes e firmes
2 xícaras de chá de cobertura de chocolate branco (300 gramas)
Calda preparada
Folhas dos morangos para decorar

MODO DE PREPARO
Vamos começar! Separe e organize todos os ingredientes e utensílios que serão utilizados; Higienize os morangos, retirando cuidadosamente as folhas sem danificá-las. Coloque-as sobre uma folha de papel toalha para que sequem completamente; Seque os morangos, um por um, e deixe sobre uma folha de papel toalha; Em uma panela, prepare o brigadeiro branco com o leite condensado, o creme de leite, o chocolate branco e a manteiga. Mexa por 10 minutos, até desgrudar do fundo da panela; Transfira o brigadeiro para um recipiente, cubra com plástico filme sobre a superfície e



leve à geladeira por no mínimo 5 horas, até firmar o suficiente para enrolar; Enquanto isso, coloque o açúcar cristal, a água, o vinagre, a glucose de milho e o corante em uma panela e misture antes de levar ao fogo médio;

Depois que começar a ferver e levantar bolhas, não mexa mais a calda; Faça o teste colocando uma pequena quantidade da calda em um recipiente com água, quando ela endurecer e produzir um som semelhante ao de vidro, está pronta.

Se você tiver um termômetro alimentício, a calda deve atingir 150 °C; Imediatamente, despeje a calda sobre um tapete de silicone, ou sobre uma forma de alumínio untada com margarina, e espalhe em uma camada bem fina; Deixe a calda esfriar completamente até ficar bem dura e vidrada, quebre e amasse a calda endurecida e despedace bem até obter pedaços pequenos; Com o brigadeiro firme, retire pequenas porções, padronizando os tamanhos; Envolve os morangos no brigadeiro, coloque sobre papel manteiga ou saquinho de alimentos, e leve a geladeira por 10 minutos; Derreta a cobertura no micro-ondas de 30 em 30 segundos e mexendo entre os intervalos até ficar homogênea, geralmente dois tempos de 30 segundos já são suficientes; Misture a calda triturada à cobertura branca derretida, acrescentando aos poucos para não precisar aquecer excessivamente a mistura; Feito isso, banhe os morangos na cobertura com a calda triturada, deixe o excesso escorrer e coloque sobre papel-manteiga, ou saquinho para alimentos; Em seguida, use um pouco da própria cobertura para colar as folhas reservadas sobre os morangos; Deixe a cobertura firmar e sirva. Aproveite a nova sensação do momento e surpreenda a todos com esse doce maravilhoso!

PUBLICIDADE LEGAL

Gazeta do Estado

62 3249-8883

A ÚNICA TV ABERTA DE NOTÍCIAS DO PAÍS

COM COBERTURA EM

GOIÁS, MINAS GERAIS E ENTORNO DO DF

ALCANCE DE

+30
MILHÕES
DE PESSOAS



TV ATUAL



NEWS